

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**HELTON JOSÉ NUNES**

**JUSTA TRAMA: CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO AGROECOLÓGICO**  
**Uma breve discussão.**

Florianópolis, Março de 2010.

**Helton José Nunes**

**JUSTA TRAMA: CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO AGROECOLÓGICO**  
**Uma breve discussão.**

**Monografia submetida ao Departamento de Ciências  
Econômicas para obtenção da carga horária na  
disciplina CNM 5420 – Monografia.**

**Orientador: Prof. Dr. Armando Melo Lisboa**

**Florianópolis, 2010.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS


A Banca Examinadora resolveu atribuir nota 6,0 ao aluno Helton José Nunes na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



---

Armando de Melo Lisboa  
Orientador



---

Helton Ricardo Ouriques  
Membro da Banca



---

Pedro Antônio Vieira  
Membro da Banca

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à UFSC e a todos que de forma direta ou indireta ajudam a cuidar e a manter esta grande Instituição. Em especial ao Curso de Economia que me deu a oportunidade de aprofundar meu conhecimento na Ciência Econômica. Além de outros órgãos no qual tive oportunidade de conhecer pessoas especiais e ampliar minha visão a respeito da sociedade, entre eles o LABGRAD, Reitoria e também ao Departamento de Economia.

Ao movimento estudantil, CALE, DCE e a muitos outros movimentos e correntes que não deixam a Universidade ser somente a sala de aula, mas um ambiente de recíproca e contínua troca de experiências.

Agradeço muito também a Idalina Boni (FIO NOBRE) e a Nelsa Nespolo (UNIVENS) que me ajudaram muito na pesquisa fornecendo-me alguns dos dados que serão apresentados no decorrer desta Dissertação e sempre quando possível interferindo-a com sugestões.

Ao Professor Armando por suas referências valiosas, acreditar e fazer acontecer este projeto.

Aos meus pais, Carlos e Renilda, por existirem, a meus irmãos Alexandre e Carla, a minha esposa Margarete sempre presente ao meu lado, e principalmente a minha filha Isadora que nos momentos de dificuldades e tristezas me fazia rir e seguir em frente.

Agradeço a DEUS.

*“Queres destruir uma força? Separe-a”.*

(frase retirada do livro, O ABC do Cooperativismo).

## RESUMO

Este trabalho busca apresentar e expor a cadeia produtiva do algodão agroecológico e suas etapas, dando ênfase a Cooperativa Justa Trama que é justificada pela busca dos próprios colaboradores por alternativas de geração de trabalho e renda face ao cenário de crise vivida pelo país, decorrente de vários fatores dentre os quais podemos citar as políticas liberalizantes.

A estrutura da cooperativa Justa Trama, é composta por uma cadeia de cooperativas que produzem tudo, desde a plantação, colheita, a até mesmo a confecção e comercialização de roupas. Tudo isso baseado no comércio justo, nos princípios de solidariedade e desenvolvimento sustentável.

O que percebe-se também presente neste trabalho é a tentativa de expor um novo modo de produção antagônico ao capitalismo, se assim poder-mos chamar, que é a Economia Solidária com a tentativa de gerar novas iniciativas que resultem na criação de novos postos de trabalho e renda para os trabalhadores e pessoas em situações de exclusão.

**Palavras-chave:** 1. Algodão Agroecológico

2. Justa Trama

3. Economia Solidária

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	6
<b>1. PROBLEMÁTICA</b> .....	9
1.1 Introdução .....	9
1.2 Formulação da Situação Problema .....	9
1.3 Objetivos .....	10
1.3.1 Objetivo Geral.....	10
1.3.2 Objetivos Específicos .....	11
1.4 Metodologia .....	11
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	12
2.1 Economia Solidária: Uma breve apresentação. ....	12
2.2 Cooperativismo.....	17
2.2.1 Evolução do Cooperativismo.....	19
2.2.2 Falso Cooperativismo .....	20
2.2.3 Símbolos do Cooperativismo .....	21
2.3 Comércio Justo .....	22
2.4 Estudos de Cadeias Produtivas .....	24
2.4.1 Distrito Industrial e Clusters Industrial.....	25
2.5 Desenvolvimento Sustentável.....	26
2.5.1 Rio 92.....	28
2.5.2 Desenvolvimento Sustentável: Valorização da cultura.....	29
2.5.3 Responsabilidade Social .....	30
<b>3. JUSTA TRAMA: CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO AGROECOLÓGICO</b> .....	32
3.1 O Algodão Orgânico e sua História .....	32
3.1.1 O que é Algodão Orgânico?.....	33
3.1.2 História do Algodão no Brasil .....	34
3.1.3 O Bipolarismo do Algodão. ....	34
3.1.4 O Ouro Branco do Sertão.....	35
3.1.5 Uma Rede Solidária .....	37
3.2 JUSTA TRAMA.....	38
3.2.1 Alguns desafios.....	42
3.2.2 Surge no País uma nova Marca.....	43
3.2.3 Beneficiados com a Justa Trama .....	44
3.2.4 Linha de Montagem .....	45
3.3 DO NORTE AO SUL – As cinco etapas do processo produtivo .....	46

3.3.1 ADEC - Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá .....	47
3.3.2 CONES - Cooperativa Nova Esperança .....	47
3.3.3 COOPERTEXTIL .....	48
3.3.4 FIO NOBRE .....	48
3.3.5 UNIVENS - Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos .....	49
3.3.6 STILUS COOP .....	50
3.3.7 Coop. Açai - Cooperativa de Trabalho dos Artesãos do Estado de Rondônia .....	51
3.4 Faturamento da cadeia do algodão agroecológico (Justa Trama) .....	51
3.5 O Algodão Orgânico Colorido .....	54
3.6 Como a JUSTA TRAMA está crescendo .....	55
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	56
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>57</b>
ANEXO 1 - Pesquisa de campo (Questionário) .....	60
ANEXO 2 - Fotos .....	62



# CAPÍTULO I

## 1. Problemática

### 1.1 Introdução

Inúmeras formas de organizar a produção material e os serviços aparecem atualmente como alternativas à economia capitalista. E estas formas podem ser designadas por economia solidária, novo cooperativismo, socioeconomia dentre outras. Elas representam ou correspondem a realizações inovadoras e estão atreladas a valores e princípios que se opõem as práticas de exclusão, sócio e ambientalmente predatórias, ou seja, vai de encontro às relações de produção capitalistas que tem como foco a concorrência, exploração, exclusão, acumulação.

Já aquelas alternativas são regidas por princípios da solidariedade, sustentabilidade, inclusão, emancipação social dentre outros. E é em meio a este cenário que vamos estudar a JUSTA TRAMA. Em meados de 2003, quando a idéia surgiu, foi considerada como algo a ser alcançado em longo prazo. Hoje já são em média 700 (setecentos) trabalhadores e trabalhadoras na cadeia do algodão agroecológico da Justa Trama na produção do algodão sem agrotóxicos. Esses trabalhadores estão distribuídos em 05 (cinco) Estados da Federação (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Ceará e Rondônia), como veremos a seguir.

### 1.2 Formulação da Situação Problema

A nova marca de roupas e acessórios, feitos de algodão agroecológico, é resultado dos princípios da economia solidária. O nome da marca, Justa Trama, deveria traduzir o espírito da proposta, baseado no respeito ao meio ambiente, geração de renda e consumo responsável.

A JUSTA TRAMA nasceu no final de 2005 a partir do sonho de confeccionarem um produto próprio que, do começo ao fim, fosse desenvolvido por trabalhadores solidários, fazendo diferença não só em relação ao seu modo de produção e valorização do trabalho, mas a sua qualidade e preocupação com o meio ambiente.

Uma das cooperativas que teve papel fundamental na articulação desta nova marca foi a Cooperativa UNIVENS (Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos), sendo que as bolsas foram um dos primeiros artigos confeccionado pela Cadeia Produtiva Solidária do Algodão. Durante este processo foram muitos os desafios, dificuldades, mas também conquistas.

A partir deste enfoque seguem as etapas e os empreendimentos que hoje fazem parte da JUSTA TRAMA para a obtenção de um algodão agroecológico. As etapas que fazem parte do processo de produção são cinco, dentre as quais uma chama a atenção por ocorrer aqui em Santa Catarina.

A primeira etapa do processo é realizada com a produção do algodão agroecológico pela Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá (ADEC), localizada no Estado do Ceará, sendo uma associação de agricultores familiares. Articula oito municípios do Estado do Ceará.

A segunda etapa é realizada pela Cooperativa Nova Esperança (CONES), localizada no Estado de São Paulo. A terceira etapa é realizada pela STILUS COOP, também localizada no Estado de São Paulo, que transforma o fio em malha. A quarta etapa do processo produtivo compreende a confecção das peças de vestuário, a qual é realizada pela Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos, (UNIVENS), do Rio Grande do Sul, e pela Cooperativa Fio Nobre dos Tecelões da Região do Município de Itajaí, (COOPERATIVA FIO NOBRE), Santa Catarina.

A quinta etapa é a extração e beneficiamento das sementes da Amazônia realizada pela Cooperativa de Trabalho dos Artesãos do Estado de Rondônia (AÇAI), localizada em Rondônia.

O que podemos perceber é a proposta da Justa Trama com o compromisso do desenvolvimento nacional e local e com a verdadeira distribuição de renda, pois todos os elos da cadeia são valorizados. Portanto, o objetivo da Justa Trama é apresentar para a sociedade um produto diferente e com qualidade, fruto de uma cadeia de produção que contempla os valores da economia solidária preocupada com o ser humano e com a preservação do meio ambiente.

Diante disto para se obter os elementos essenciais que contribuam para uma verificação do estudo sobre a Justa Trama necessita-se de um maior aprofundamento no que se refere ao algodão orgânico, a sua cadeia produtiva, desde a fabricação até a comercialização de seu produto, a ligação que a mesma tem com a economia solidária, dentre outros tópicos citados.

Então o estudo possibilitará conhecer a qualidade do produto da referida marca Justa Trama identificando características fundamentais, bem como seu nível de competitividade dentro de um mercado globalizado e altamente mecanizado onde a exploração do trabalhador cada vez mais está em ascensão.

### **1.3 Objetivos da pesquisa**

#### **1.3.1 Objetivo geral**

Analisar-se a marca Justa Trama, no contexto da Economia Solidária, e através deste estudo tentar identificar alternativas para uma sociedade mais responsável quanto a valorização do trabalho e um respeito ao meio ambiente, geração de renda e consumo responsável.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

a) Discutir a Justa Trama no âmbito da à economia solidária e ver como esta cada vez mais vem ganhando espaço dentro de uma economia capitalista.

b) Identificar como surgiu a Justa Trama, qual a proposta da mesma e quais os ganhos que vêm sendo percebidos nas relações de trabalho na Justa Trama.

c) Apresentar quais são as etapas do processo de produção, fabricação e comercialização do produto, dando destaque para a Cooperativa FIO NOBRE de Santa Catarina.

### **1.4 Metodologia**

A presente pesquisa será realizada através da análise de dados referentes a economia solidária, com aprofundamento na cadeia produtiva do algodão agroecológico. De acordo com Gil (2002), a pesquisa se apóia no método monográfico ou estudo de caso, uma vez que se fundamenta no esboço aprofundado de uma situação, aqui a cadeia produtiva do algodão agroecológico.

Na caracterização do estudo objetivo da pesquisa é descritiva, realizada através de dados, reportagens..., além disso, a pesquisa também possui um caráter explicativo, delimitando conceitos. Em se tratando de conteúdo, sua primeira parte aborda a fundamentação teórica baseada em literatura na área, envolvendo conceitos de economia solidária, como desenvolvimento sustentável, cooperação..., caracterizando assim nesse primeiro momento uma pesquisa teórica. Já na segunda etapa, a pesquisa apresentará dados referentes a Justa Trama, caracterizando então uma pesquisa empírica.

Os procedimentos técnicos também se dividem já que serão realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e pesquisa de campo. Buscando delinear três objetivos específicos para se alcançar o objetivo geral, como segue.

O primeiro objetivo, relativo ao debate de elementos que caracterizarão, em termos teóricos, a economia solidária, será alcançada por meio de pesquisa bibliográfica através de leituras de obras de autores que tratam dos referidos conceitos, tais como:..., bem como, um levantamento de teses e dissertações já feitas por outras pessoas no assunto.

Para o segundo objetivo que visa identificar como surgiu a Justa Trama, utilizará pesquisa documental, que é aquela feita em fontes secundárias como reportagens, artigos técnicos, revistas, relatórios, etc., que fornecem as informações necessárias para atingir este objetivo.

Já no terceiro objetivo em relação ao processo de produção, fabricação e comercialização do produto será feita pesquisa de campo atrelada com fontes secundárias, visitando um dos empreendimentos da cadeia produtiva do algodão orgânico da Justa Trama, sendo utilizado um questionário.

## CAPÍTULO II

### 2. Fundamentação Teórica

O referencial teórico que será base deste trabalho tem como principal objetivo apresentar os princípios fundamentais referentes à Economia Solidária, sua importância e utilização nos dias de hoje, para em seguida nos auxiliar no estudo sobre cadeias produtivas, desenvolvimento sustentável e conseqüentemente no aprofundamento no que tange a JUSTA TRAMA.

Desta forma, na primeira parte deste capítulo se faz uma apresentação dos principais conceitos de Economia Solidária, para na segunda parte expor os elementos necessários aos estágios da JUSTA TRAMA.

#### 2.1 Economia Solidária<sup>1</sup>: Uma breve apresentação

O conceito de economia solidária é um conceito muito amplo e utilizado com acepções diversas, mas todas com um mesmo referencial, a idéia de solidariedade que se contrapõe ao individualismo competitivo que caracteriza o padrão econômico nas sociedades capitalistas. O conceito se refere as organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: a) estimular a solidariedade entre os participantes mediante a prática de auto gestão e, b) praticar a solidariedade com a população trabalhadora em geral com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

Um dos conceitos mais utilizados é de que a Economia Solidária aborda um jeito diferente das pessoas se organizarem em torno do seu trabalho e dos benefícios que este pode produzir. É um movimento de organização de homens e mulheres que, a partir do trabalho coletivo, passam a desenvolver formas de geração de renda, onde todos e todas têm suas necessidades satisfeitas sendo que o uso dos recursos naturais é feito de forma responsável e consciente.

Na economia solidária, o trabalho não tem patrão e empregado. Os produtores e produtoras solidários se organizam em sistemas de autogestão. Ou seja, todos são responsáveis pelo empreendimento, todos decidem em conjunto e se beneficiam igualmente dos frutos gerados pelo

---

<sup>1</sup> A expressão Economia Solidária foi criada na França, no início de 1990, "fruto, sobretudo, das pesquisas desenvolvidas sob a coordenação de Jean Louis Laville, visando a exatamente dar conta da emergência e do desenvolvimento do fenômeno da proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa" (França Filho e Laville, 2004, p. 109).

mesmo. Esses empreendimentos podem ser legalizados em forma de cooperativas, associações, empresas solidárias, etc., desde que valorizem e estimulem a participação de cada produtor(a), colaborador(a).

A economia solidária não é algo que aconteceu por decreto, nem é fruto de uma cabeça privilegiada que, em um momento inspirado, se deu conta de que, assim como estamos, as coisas só irão de mal a pior. Ela é um movimento e uma prática socioeconômica mais ampla e profunda, cujas raízes históricas se encontram nas lutas e ações de organizações de trabalhadores(as) rurais e urbanos(as). Um movimento vivo, dinâmico, que se fortalece e organiza cada vez mais e que conseguiu importantes conquistas de apoio por parte dos governos nas diferentes esferas (municipal, estadual, federal).

A expansão acelerada do movimento associativo em todo o mundo, principalmente a partir da década de 80, tem feito com que os estudos sobre o tema se multipliquem, sendo que especialmente na década de 1990, alguns autores (SINGER, 2000; MANCE, 1999), vêm destacando a expansão e desenvolvimento de iniciativas econômicas que compõem a chamada Economia Solidária<sup>2</sup>. Eles de modo geral relatam um estado de profunda crise mundial, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida, como por exemplo, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais da economia, tecnologia e política.

Para Capra,

“[...] É uma crise de dimensões intelectuais e espirituais, uma crise de escala e premência sem precedentes em toda a história da humanidade. Pela primeira vez temos que nos defrontar com a real ameaça de extinção da raça humana e de toda vida no planeta.” (CAPRA, 1992, p.19).

Várias são as causas apontadas para explicar este ocorrido, de um lado, as transformações que ocorreram no mundo do trabalho, a partir da década 1970, com a crise do modelo fordista-taylorista de produção, que resultaram em aumento dos processos de exclusão do mercado formal de trabalho (desemprego, flexibilização e precarização das relações de trabalho) e, de outro, com a crise do Estado de Bem-Estar Social e a queda do bloco soviético, a ascensão do projeto neoliberal cujas políticas estariam aumentando os processos de exclusão social e, assim, provocando o crescimento da pobreza junto ao desmanche dos mecanismos de proteção social (previdência, serviços públicos, etc.). É nesse contexto de crise que adquire força e sentido esse trabalho de economia solidária, cooperativismo e autogestão, fazendo com que as iniciativas de Economia Solidária atinjam aqueles que estão excluídos ou em vias de exclusão do mercado formal de trabalho e, também, pessoas historicamente excluídas pertencentes às classes populares, que buscam alternativas para geração de renda.

---

<sup>2</sup> De acordo com o Atlas da economia solidária realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), ela contempla um conjunto de quase 20 mil unidades no país, entre cooperativas e associações.

Essas iniciativas assumem diversas formas: cooperativas que atuam nos vários setores da economia (produção, consumo, etc.), pequenas empresas de caráter familiar e/ou comunitário, bancos populares, clubes comunitários de troca, entre outras. Diante desta diversidade, no Brasil, o que diferenciaria os empreendimentos solidários das outras iniciativas que surgem pelas mesmas razões estruturais mencionadas acima, seria o fato de que elas estariam organizadas sob a forma da *autogestão*.

A economia solidária ressurgiu então no fim do século XX buscando ser uma resposta ao estrangulamento financeiro sendo que a desregulação da economia é causada principalmente pela liberação dos movimentos de capitais que acarreta em diversos países desemprego em massa, fechamento de firmas, etc. A economia solidária tem como antecedente principal o cooperativismo operário surgido das lutas de resistência contra a revolução industrial ao longo do século XIX e XX.

É importante lembrar que a revivência da economia solidária ocorre em diversos países de forma diferentes e horizontes temporais distintos, por isso é difícil datá-la com precisão.

Desde então a Economia Solidária tem sido uma resposta importante dos trabalhadores em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. São milhares de organizações coletivas, organizadas sob forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário. Trata-se de uma importante alternativa de inclusão social pela via do trabalho e da renda, combinando a cooperação, a autogestão e a solidariedade na realização de atividades econômicas.

Para Mandel (1977), a autogestão tem um caráter de esforço retorno proporcional ao trabalho, cabendo ao trabalhador decidir sobre a amplitude deste esforço pelo menos enquanto os recursos são escassos. Cançado (2004), define autogestão como um modo de organização do trabalho, onde não há separação entre sua concepção e execução, os meios de produção são coletivos e que podem ser caracterizados como um processo de educação em constante construção na organização. Então a autogestão seria a não separação entre concepção e execução do trabalho.

Pode-se concluir que são, portanto, iniciativas cujos participantes detêm a posse coletiva dos meios pelos quais exercem a atividade econômica (produção, consumo, poupança, etc.) e, por isso, são igualmente responsáveis pela gestão do empreendimento, através do princípio "um membro igual a um voto".

Para Singer (2000), a experiência de trabalho autogestionário remete a um *potencial educativo*, ou seja, a autogestão, através das práticas que a envolvem, permitiria educar e transformar o comportamento dos sujeitos, fazendo com que suas ações e valores ideológicos não fossem pautadas por relações sociais capitalistas. Portanto, a constituição de empreendimentos autogeridos não seria apenas uma alternativa encontrada pelos trabalhadores ao assalariamento e à pobreza, mas um conjunto de práticas que podem transformar a consciência e o comportamento dos seus praticantes,

fazendo com que eles incorporem valores ideológicos como participação, igualdade, solidariedade, etc., opostos ao da lógica individual e competitiva das sociedades capitalistas.

Nota-se que os valores da autogestão são por conseguintes os valores ideológicos da Economia Solidária, e que a economia solidária pode ser considerada como um “outro modo de vida”, em que os seus valores percebidos vão muito além da competição característica crucial da sociedade capitalista como já mencionado.

Os anos se passam e a Economia Solidária cada vez mais se solidifica e ganha espaço em relação aos modos de produção. Mesmo apesar disso é difícil ainda de se chegar a um consenso sobre sua verdadeira definição. Por exemplo, Razeto (1997) entende a Economia Solidária como um processo constante e difuso de inserção de práticas econômicas de caráter solidário no seio da estrutura econômica atual, tendo como a solidariedade como a principal força transformadora da Economia, geradora de uma nova racionalidade econômica. Através disso Razeto está querendo distinguir-se da visão filantrópica que entende a solidariedade como um mecanismo separado da Economia, que serviria para atenuar os efeitos negativos desta última.

"Lo que sostenemos es [...] que la solidaridad se introduzca en la economía misma, y que opere y actue en las diversas fases del ciclo económico, o sea, en la producción, circulación, consumo y acumulación" (RAZETO, 1997, p.14).

Isso significa que Razeto defende a idéia de identificar os diversos meios pelos quais é possível inserir a solidariedade nas práticas econômicas. Tentando assim, evitar uma completa oposição entre Economia de Mercado e Economia Solidária.

Ou seja, para Razeto, a Economia Solidária seria um projeto por construir, mas sem um modelo predefinido, não existindo uma fórmula de incorporação da solidariedade no fazer econômico e, sim, diferentes formas que interagem entre si, podendo até mesmo convergirem, acentuando esse processo de incorporação da solidariedade. Estas formas são elaboradas e realizadas pelos próprios atores sociais.

Já na visão de Jean-Louis Lavige, a Economia Solidária nos obriga a pensar o econômico para além dos princípios de mercado:

No lugar, portanto, de resumirmos a economia ao mercado, parece-nos preferível [...] admitirmos que, em relação ao conjunto das práticas que conformam a dinâmica econômica mais ampla, existem diferentes princípios de interação [...]. É exatamente esse olhar ampliado da dinâmica econômica mais geral que nos permitirá entender [...] o processo singular de uma economia solidária, que tende a reunir diferentes lógicas. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.17).

Então a Economia solidária não seria uma formação econômica baseada nas solidariedades recíprocas e distributivas, em oposição a uma baseada no princípio de Mercado. A Economia Solidária seria,

Uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e não-monetária numa conjuntura que se presta a tal [...]. O desafio é de acumular as vantagens da economia monetária, fonte de liberdade individual pelo mercado e fator de igualdade pela redistribuição,

com aquelas da economia não-monetária que contextualiza as trocas, retirando-as do anonimato. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 107).

Em contraposição, Euclides André Mance concebe a Economia Solidária como uma forma antagônica de organização à capitalista. Para Mance, a Economia Solidária se constitui em uma alternativa ao capitalismo deve-se ao fato desta está ligada à noção de colaboração solidária. Que consiste na:

Estratégia para organização de uma sociedade pós-capitalista, baseada na implantação de redes que conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como uma transformação cultural das sociedades em que se implanta, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônicas não apenas ao neoliberalismo, mas ao próprio capitalismo. (MANCE, 1999: 203)

A todo um movimento para o *consumo solidário* que,

"Ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem-viver pessoal, mas também o bem-viver coletivo, uma vez que é no consumo que a produção se completa e este tem impacto sobre [...] a sociedade em geral" (MANCE, 1999, p.13).

O importante nesse contexto é percebermos que cada vez mais o tema sobre economia Solidária ganha espaço em nosso cotidiano e que cada vez mais ele está próximo de nós.

No país o governo federal já acena com políticas públicas relacionadas ao apoio e fomento a empreendimentos solidários como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)<sup>3</sup>, o Programa Primeiro Emprego<sup>4</sup>, que prevê a inserção de jovens no mercado de trabalho também através de empreendimentos solidários, dentre outras atitudes tomadas por políticas públicas no que concerne o determinado assunto.

E a partir do segundo semestre de 2003 percebe-se um processo de mobilização para realização do Mapeamento da Economia Solidária no Brasil com constituição de *Comissões Gestoras Estaduais* (CGEs), envolvendo mais de 230 entidades interessadas em participar desse processo. Um dos frutos desse processo, o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES)<sup>5</sup>.

O SIES proporciona maior visibilidade e reconhecimento da economia solidária e viabiliza a articulação e organização de redes de cooperação, além de facilitar processos de trocas e de comercialização dos produtos e serviços entre os empreendimentos, facilita também o contato dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) com a população. O SIES é mais um instrumento que fortalece os esforços do Governo Federal de inclusão social e econômica da população em situação de

<sup>3</sup> Mais informações sobre o processo de criação da SENAES em Oliveira "2003" e no site [www.tem.gov.br/economiasolidaria/default.asp](http://www.tem.gov.br/economiasolidaria/default.asp).

<sup>4</sup> Mais informações sobre o PPE, no site [www.tem.gov.br/primeiroemprego](http://www.tem.gov.br/primeiroemprego).

<sup>5</sup> O (SIES) possui hoje o registro de 21.859 *Empreendimentos Econômicos Solidários* (EES) em 2.934 municípios (cerca de 52% do total dos municípios do Brasil). Nestes empreendimentos estão associadas quase um milhão e setecentas mil pessoas.



pobreza por meio do incentivo e fortalecimento das iniciativas econômicas associativas e cooperativas de geração de trabalho e melhoria da renda.

Mesmo assim a quem ache que a Economia Solidária se mostra, portanto, não com uma função social revolucionária, mas como um retrocesso ideológico. Diferente da visão de seus defensores, onde a Economia Solidária poderá, gradativamente, superar o capitalismo, tendo como início de sua atuação os espaços isentos das determinações do capital.

Ainda que esse “novo modo de produção” se assim podermos chamar venha a desaparecer no futuro, o importante é que ele constitui e constituiu um tipo de movimento que deixará marcas, que ficará na história da classe trabalhadora, na memória não só de seus atores, mas de toda uma sociedade, por que na Economia Solidária o elemento central é a pessoa humana e o bem viver coletivo, onde homens e mulheres são respeitados em suas diferenças de sexo, raça/etnia, idade ou orientação sexual.

## 2.2 Cooperativismo

Foi nos fins do século XVIII, na Inglaterra que surgiram as primeiras cooperativas que através principalmente de Owen, um grande idealizador do cooperativismo, incentivou a organização das mesmas. Em seguida com a Revolução Industrial, marcado pelo contexto da exclusão social, o movimento ganha mais força.

Segundo Benato:

A cooperação sempre existiu nas sociedades humanas desde as eras mais remotas. (BENATO, 1994, p.13)

E estas raízes da cooperatividade já podem ser percebidas e estão manifestas em Adam Smith (1723–1790), quando ele descreve:

[...] à invenção de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho que, de outra forma, teria de ser feitas por muitos [...] o casaco de lã, por exemplo, que o trabalhador usa para agasalhar-se é o produto do trabalho conjugado de uma multidão de trabalhadores. O pastor, o selecionador de lã, o cardador, o tintureiro, o fiandeiro, o tecelão, o pisoeiro, o confeccionador de roupas, além de muitos outros [...] (SMITH, 1988, p.19/22).

Mas mesmo com esses dados históricos, a primeira cooperativa organizada formalmente foi a de um grupo de tecelões de Rochdale<sup>6</sup> em 1844, isso tudo em meio a introdução da máquina a vapor que significava naquela época desemprego de vários operários, ou seja, é passagem é marcada pelo contexto da exploração de mão-de-obra em plena revolução industrial.

Para Singer as cooperativas precisam ser competitivas, assumindo contornos mais capitalistas.

---

<sup>6</sup> Cidade da Inglaterra.

Na medida em que lutas anti-capitalistas dão resultados as instituições que a travam passam a se adaptar à sociedade burguesa por uma série de motivos, inclusive para preservar as conquistas obtidas. Com isso, a sociedade burguesa se democratiza e engloba instituições que promovem o bem-estar social e ao mesmo tempo os sindicatos, os partidos e as cooperativas criadas pelos trabalhadores se aburguesam. (SINGER, 2002, p.15-16).

Nesse contexto surgem outras definições de cooperativas que dão outros enfoques a este tipo de organização.

Cooperação, também cooperativa ou sociedade cooperativa indica em geral qualquer forma de trabalho em conjunto, em contraste com concorrência ou oposição. Em economia e história social o termo é empregado (como o adjetivo cooperativo) para descrever qualquer forma de organização social ou econômica que tem por base o trabalho harmônico em conjunto, em oposição a concorrência. (SILVA, 1986, p.232).

[...] a cooperação, para Marx é a negação do trabalho assalariado. O movimento cooperativo representa uma vitória preliminar da economia política da classe trabalhadora sobre a dos proprietários. A cooperação já mais poderia derrotar o monopolismo, a menos que se desenvolvesse em dimensões nacionais. (BOTTOMORE, 1983, p.20).

[...] Um movimento social, cuja sociedade é definida em função do fator trabalho (proporção de trabalho que cada sócio dedica à cooperativa), tem por objetivo realizar uma atividade econômica, que ofereça benefícios mútuos e onde o interesse das pessoas prevaleça sobre os interesses dos portadores do capital. (TECH, 2000, p.71).

Então o cooperativismo passa a ser uma doutrina muito importante em setores sociais, e ela tem como objetivo segundo Benato:

“Difundir os ideais em que se baseia, no intuito de atingir o pleno desenvolvimento financeiro, econômico e social de todas as sociedades cooperativas”. (BENATO, 1994, p.13).

Portanto podemos concluir que cooperar não é um termo novo, e que o mesmo traz efetiva agregação de valor ao processo econômico e que as cooperativas estavam destinadas a substituir a empresa comercial capitalista para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida.

Para Arroyo,

As estratégias de cooperação econômica, presentes desde as sociedades primitivas, indicam que a presidência da lógica da 'competição' é uma importante distorção promovida pelo modo capitalista de produção e vivência que apartou o trabalhador do trabalho, desumanizando as relações sociais e políticas. Cooperação e competição possuem interações e complementaridades possíveis de potencializar um desenvolvimento humano desde que sob as premissas da economia solidária. (ARROYO, Rev. katálysis v.11 p.5 2008).

Passa-se isto tudo e é no século XX que o cooperativismo ganha força concretizando-se.

Segundo Benato a doutrina cooperativista visa:

Corrigir o meio econômico-social pela promoção de um sistema não lucrativo de produção e de distribuição, baseado no conjunto interativo de compras e de vendas em comum. (BENATO, 1994, p.19).

Então cooperativismo é uma doutrina econômica que se baseia na cooperação que opera como um sistema reformista da sociedade que quer obter o justo preço, através do trabalho e ajuda mútua. Isso significa dizer que a cooperação sob forma ideal, deve ir além de promover os interesses de pessoas, mas, sobretudo, de promover o progresso e o bem-estar da humanidade.

É importante mencionar também que nas cooperativas o capital se constitui em um meio de participação e nunca em um fim de lucro, e mesmo quando este ocorre, ela retorna o lucro ao associado, sendo o capital um instrumento de giro de riqueza.

### 2.2.1 Evolução do Cooperativismo

Por volta de 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuítas no Brasil, surge o início de um estado cooperativo com bases na sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem estar do indivíduo e da família se sobrepunham ao interesse econômico da produção.

Mas é só em 1847 que segundo Benato marca o início do cooperativismo no Brasil,

Porém, é em 1847 que situamos o início do movimento Cooperativista no Brasil. Foi quando o médico francês Jean Maurice Favaire, adepto das idéias reformadoras de Charles Fourier, fundou, com um grupo de europeus nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. (BENATO, 1994, p.103).

E segue:

Essa organização apesar de sua breve existência, contribuiu na memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo no país. (BENATO, 1994, p103).

Depois de quase 50 anos do surgimento da cooperativa de Rochdale é que a primeira cooperativa no Brasil é criada, a *Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica*, em São Paulo no ano de 1891, (BENATO, 1994).

O cooperativismo surgiu no país sem a coesão e a representação necessárias a aglutinação dos interesses comuns. Na década de 50 apareceram as primeiras iniciativas unificadoras com a constituição da UNASCO- União Nacional das Associações Cooperativas. Divirgencias entre grupos internos desta entidade, contudo, resultaram na criação da ABCOOP- Associação Brasileira de Cooperativas.(BENATO,1994, p.99).

Existem vários tipos de cooperativas: a de produção, de consumo, de transporte, a de saúde que podemos até exemplificar que é o caso da UNIMED (1967) e da UNIODONTO (1972), dentre outras.

Para Arroyo as cooperativas servem,

No plano institucional econômico, de possibilidades de organização social e de produção que foi derrotada pela hegemonia capitalista – desde o século XIX, e que permanecem como alternativas que se mantêm dando viabilidade econômica a grupos sociais antes excluídos e até reabilitando empresas falidas, que passam a ser gerenciadas pelos seus trabalhadores cooperados, sob autogestão. (ARROYO, Rev. katálysis v.11 p.6 2008).

Portanto no âmbito do mercado para Benato:

Quem dita o preço do produto é mercado. Onde, porém, houver uma cooperativa, o mercado é regido por ela.

O mercado concorrente, para sobreviver, terá que vender seu produto a preços iguais ou inferiores aos praticados pela cooperativa.

O mercado concorrente para sobreviver terá que remunerar melhor que a cooperativa, o seu fornecedor. (BENATO, 1994, p.116).

Nesse contexto podemos então perceber um ordenamento de preços que permitem as sociedades atingirem melhor a satisfação de suas necessidades, diferentemente da lógica da produção capitalista.

Fica claro então que a cooperação econômica é uma construção cultural baseada na interação social, em que os objetivos são comuns, as ações compartilhadas e os benefícios são distribuídos com equilíbrio por todo o sistema. Mesmo localmente, a economia quando presidida pela cooperação, torna possível processos de recuperação de regiões antes deprimidas economicamente. Tal percepção tem dado grande atratividade a idéias como clusters, arranjos, aglomerados e sistemas produtivos. E esta se torna cada vez mais uma tendência que transborda a economia e remete a uma expectativa de resgate da valoração da integralidade humana e seus valores positivos, nas mais diversas atividades da sociedade.

### **2.2.2 Falso Cooperativismo**

Como vimos na seção anterior, numa cooperativa autêntica os sócios colaboradores reúnem-se, com frequência, em assembléia geral para debater os principais assuntos de interesse de todos e, ainda, elegem alguns companheiros para administrarem os bens e negócios comuns. Neste caso, os sócios participam, de fato, da vida societária e a cooperativa distribui de forma igualitária todo o seu lucro. Mas não é isso que ocorre como veremos no próximo parágrafo com relação as falsas cooperativas ou “Coopergatos”.

Em meio à bagunça em que a gente vive em nosso país onde nada se respeita, principalmente as leis, os empresários capitalistas viram no cooperativismo uma forma especial em obter lucro, criando

as falsas cooperativas, os chamados “Coopergatos”, termo bem conhecido na área do cooperativismo, onde o termo “gato” é o apelido conferido aos exploradores de trabalhadores no meio rural.

Essas falsas cooperativas que em vez de experiências de trabalho solidário funcionam como forma de flexibilização do trabalho, a serviço do capital, nas quais os princípios de autogestão, igualdade e solidariedade não estão presentes, que aliadas as essas falsas cooperativas estão os capitalistas que sempre estiveram à margem da lei e passaram a utilizar as cooperativas de maneira fraudulenta, para apresentar uma imagem de regularidade e cumprimento da lei. Assim, a imagem da cooperativa na maioria das vezes, conseguia enganar os trabalhadores e, até mesmo alguns empresários desavisados. Nesse tipo de cooperativa os trabalhadores nunca são consultados sobre a sociedade e os destinos do negócio.

O termo “Coopergatos” significa então falsas cooperativas, que carregam o nome de cooperativas, mas funcionam como qualquer empresa em geral, isto é, possuem estrutura hierárquica onde alguns mandam e os outros trabalhadores obedecem, sob pena de serem afastados do trabalho ou demitidos. Deve-se também ressaltar que essas coopergatos funcionam como agências de mão-de-obra, enganando o trabalhador e depois o fazendo que trabalhe sem as proteções dos direitos trabalhistas (CLT)<sup>7</sup>, fazendo com que o lucro desses capitalistas aumentem mais ainda.

Esses empresários utilizam do modelo legal das cooperativas para explorar ainda mais os empregados, precarizando os direitos garantidos pela CLT.

### 2.2.3 Símbolos do Cooperativismo



O pinheiro antigamente era tido como símbolo da imortalidade e da fecundidade pela sua sobrevivência em terras, as menos férteis e pela grande facilidade em sua multiplicação.



Também o círculo representa a vida eterna, pois não tem horizonte final não tem começo nem fim.



O verde-escuro das árvores lembra o princípio vital da natureza e o fundo amarelo-ouro simboliza o sol, fonte permanente de energia e calor.

<sup>7</sup> Consolidação das Leis Trabalhistas.



E foi somando estas figuras, que nasceu o emblema do cooperativismo: um círculo abraçando dois pinheirinhos, para indicar a união e coesão do movimento, a imortalidade de seus princípios, a fecundidade de seus ideais, e a vitalidade e energia de seus adeptos. Tudo isto marcado na trajetória ascendente dos pinheiros que se projetam para o alto, procurando subir cada vez mais.

### **2.3 Comércio Justo**

A prática do chamado Comércio Justo (Fair Trade em inglês) tem origem nos anos 60 na Europa e nos Estados Unidos, quando os consumidores mais conscientes, motivados pelo clima de mudanças sociais e políticas daquele período, começaram a exigir produtos que não fossem fabricados com exploração de mão-de-obra em países do Terceiro Mundo e que tivessem um preço justo. Esta opção ética tem permitido que pequenos produtores de países tropicais e de outras regiões continuem a viver de forma digna ao fazerem a opção pela agroecologia, como agricultura orgânica.

Como se sabe, o capitalismo estruturou-se historicamente a partir de uma lógica competitiva e excludente, fundamentada para maximizar lucros, e essa lógica tende a dividir a economia em vencedores e perdedores, sendo que a grande maioria das pessoas no sistema capitalista atual enquadra-se no termo “perdedores ou excluídos”, ficando praticamente sem acesso ao mercado de consumo. Logo, o comércio justo pode ser encarado como uma ferramenta contra os malefícios de um sistema comercial injusto e socialmente excludente.

O comércio justo pode ser compreendido tanto como uma prática econômica alternativa ao modelo de organização da sociedade capitalista, quanto como um movimento de reorganização e aprimoramento ético do sistema capitalista. A primeira concepção perdeu viabilidade histórica com o fracasso das economias socialistas após o fim da antiga União Soviética (URSS). A segunda concepção identifica no próprio desenvolvimento contemporâneo da sociedade capitalista uma tendência para a articulação entre lucratividade e responsabilidade social.

Comércio justo com certeza é um dos pilares da sustentabilidade econômica e ecológica, ou econômica e ecológica como vem sendo chamada. Nota-se que é a união dos dois termos, econômico e ecológico.

De acordo com Alfonso Cotera Fretel:

O consumidor deve aceitar pagar um preço “justo” (até relativamente alto) por um produto fabricado segundo critérios que incorporem o respeito às normas de trabalho e ao meio ambiente. O produtor deve respeitar o meio ambiente e as normas trabalhistas adequadas, assim como oferecer produtos de qualidade. (FRETTEL, 2003, p.20).

Segundo Johnson (2004), a conclusão que se chega é que o comércio justo é onde o produtor recebe remuneração justa por seu trabalho estabelecendo relações entre produtores e consumidores baseadas na equidade, parceria, confiança e interesses compartilhados, perseguindo objetivos em dois planos: obter condições mais justas para grupos de produtores marginalizados e fazer evoluir as práticas e as regras do comércio com o apoio dos consumidores, eliminando-se os intermediários ao mínimo necessário.

Johnson, (2004) aponta que o comércio justo sempre foi mais intenso na área de produtos alimentares na “agricultura”, porém o que se vem percebendo é a ampliação do comércio justo para setores de serviços como, por exemplo, o “turismo responsável ou solidário”, baseado em sinergias entre o comércio justo de produtos artesanais ou alimentares, solicitados pelos turistas, e um turismo que seja exercido sem agressões ao meio ambiente e em benefício de populações locais.

Para Fretel o comércio justo é:

Um processo de intercâmbio comercial orientado para o reconhecimento e a valorização do trabalho e das expectativas dos produtores e consumidores, permitindo uma melhoria substancial na qualidade de vida das pessoas, tornando viável a vigência dos direitos humanos e o respeito ao meio ambiente numa perspectiva de desenvolvimento humano, solidário e sustentável. (FRETEL, 2003, p.19).

O comércio justo guarda estreita relação com o conceito de consumo consciente e sustentabilidade, sendo que seu avanço parece depender, e depende fortemente de uma maior conscientização dos consumidores sobre os custos sociais e ambientais da produção.

Segundo Eloïse, (2003) um dos objetivos do comércio justo é a inserção dos produtores numa prática econômica com responsabilidade social e principalmente com muita transparência, de modo que se comprometam com a sustentabilidade do planeta, utilizando-se sempre de técnicas de produção que respeitem os ecossistemas particulares e contribuam para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

O Comércio Justo é definido pela *News!* (Network of Europe World Shop), que é uma rede europeia de lojas de comércio justo como: "uma parceria entre produtores e consumidores que trabalham para ultrapassar as dificuldades enfrentadas pelos primeiros, para aumentar o seu acesso ao mercado e para promover o processo de desenvolvimento sustentado. O Comércio Justo procura criar os meios e oportunidades para melhorar as condições de vida e de trabalho dos produtores, especialmente os pequenos produtores desfavorecidos. A sua missão é a de promover a equidade social, a proteção do ambiente e a segurança econômica através do comércio e da promoção de campanhas de consciencialização".

Embora esse tema ainda seja novo e esteja em crescimento, o futuro das práticas de comércio justo dependerá fortemente não apenas da adesão das pequenas empresas interessadas no tema, mas

também do envolvimento de corporações socialmente responsáveis, que estejam dispostas a conectar tais práticas às suas cadeias produtivas, do comprometimento de governos democráticos com políticas de desenvolvimento local sustentável, e da participação de organizações da sociedade civil, e principalmente de consumidores, interessados em promover formas mais equilibradas e solidárias de produção e consumo.

## 2.4 Estudos de Cadeias Produtivas

As Cadeias Produtivas compreendem todas as atividades articuladas desde a pré-produção até o consumo final de um bem ou serviço. De certa forma as cadeias produtivas tentam suprir carências de informações a respeito do mercado e ampliam a articulação entre os agentes, sendo que seu estudo proporciona um entendimento mais completo do comportamento dos seus componentes econômicos e das tendências dos mercados.

De acordo com Antônio Maria Gomes de Castro:

A cadeia produtiva é o conjunto de componentes interativos, incluindo os sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, industriais de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais. (CASTRO, 1996, p. 85).

Elas resultam da crescente divisão do trabalho e maior interdependência entre os agentes econômicos. Elas são criadas pelo processo de desintegração vertical e especialização técnica e social, e precisam de um ambiente institucional (leis, normas, instituições normativas) e um ambiente organizacional (instituições de governo, de crédito etc.) que exerça influência sobre os seus componentes.

Podemos então concluir que cadeias produtivas são um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos, desde a elaboração, distribuição e comercialização de um bem ou serviço até o seu consumo final. A cadeia produtiva pode ser totalmente mapeada.

Para que a economia solidária se fortaleça como um modo de produção socialmente hegemônico (e não apenas em uma lógica de atividades econômicas de segunda ordem, ou complementar, destinadas apenas a atender as populações mais pobres e marginalizadas pelos movimentos do capital), o enfoque das cadeias produtivas é extremamente útil, pois permite uma remontagem.

A remontagem dessa cadeia consiste em substituir fornecedores de insumos que operam sob a lógica do capital por fornecedores que adotam a lógica da economia solidária. E na medida em que a rede solidária vai remontando essa cadeia produtiva criando empreendimentos que atuem como fornecedores, o lucro que anteriormente era acumulado nesses segmentos da cadeia produtiva,



converte-se então em excedente que passa a realimentar a expansão da própria rede (MANCIE, 2000). E esse compartilhamento do excedente produzido gera novas oportunidades de trabalho e expandem as relações de produção e consumo solidárias.

#### 2.4.1 Distrito Industrial e Clusters Industriais

À atuação de empresas, situadas parcial ou totalmente em uma mesma base local, que envidam esforços complementares para desenvolver e sustentar a inovação em áreas geográficas específicas, pode facilitar a construção de clusters de empresas, nos quais a regionalização dos projetos inovativos e o favorecimento a economias associativas contribuem para a maximização do nível de eficiência e de competitividade da rede, das empresas e da região.

Pode-se descrever o distrito industrial como um grande complexo produtivo, onde a coordenação das diferentes fases e o controle de regularidade de seu funcionamento não depende de regras pré-estabelecidas e de mecanismos hierárquicos, mas, ao contrário, são submetidos ao mesmo tempo, ao jogo automático do mercado e a um sistema de sanções sociais aplicados pela comunidade (BECATTINI apud COCCO, 2002, p. 49).

Distritos industriais são concentrações geográficas de firmas setorialmente especializadas, principalmente de Pequeno e Médio Porte (PMEs), onde a produção tende a ocorrer verticalmente desintegrada (devido à especialização das empresas em diferentes fases do processo produtivo). E em meio as relações inter-firmas a montante e a jusante (fornecedores-clientes). Esses ambientes contêm serviços especializados, tanto de apoio às atividades produtivas, como voltados à comercialização em mercados distantes (inclusive no exterior).

SEBRAE (2004) define clusters como: Concentrações geográficas de empresas similares, relacionadas ou complementares que atuam na mesma cadeia produtiva gerando vantagens de desempenho por meio da locação e, da especialização. Essas empresas partilham, infraestrutura, o mercado de trabalho especializado e confrontam-se com oportunidades e ameaças comuns (SEBRAE, 2004, p. 25).

Para Porter (1999),

“O cluster são agrupamentos de empresas em uma região com sucesso extraordinário em determinado setor de atividade”. (PORTER, 1999, p. 210).

Ele enfatiza ainda a importância da inovação e o sucesso competitivo em vários setores geograficamente concentrados. Onde além do fator locacional, é necessária a cooperação entre os diversos atores, propiciando um clima favorável à busca de inovação.

Ou seja, quase sempre o desempenho industrial reside nos clusters e na competição cooperativa, que permitem ganhos de eficiência e flexibilidade, os quais podem ser raramente

alcançados por produtores individuais, pois a atuação de forma concentrada no espaço permite às firmas de menor porte recuperar, como coletividade de fabricantes, as vantagens que a escala reduzida lhes bloqueia quando atuam isoladamente.

Quando se refere à competitividade de aglomerados, Porter deixa claro seu entendimento sobre a relação cooperação–competitividade.

[...] as políticas macroeconômicas são condições necessárias, mas não suficientes, para fomentar a competitividade [...]. Os aglomerados [...] constituem o foro que possibilita novas e imprescindíveis modalidades de diálogo entre empresas, órgãos governamentais e instituições. (PORTER, 1999, p. 210–211).

A promoção das firmas em configuração de cluster ultrapassa a órbita das políticas setoriais e inscreve-se no tema mais amplo do desenvolvimento regional, relacionado às novas formas de organização produtiva, especialmente ao modelo Distrito Industrial.

Assim, os sistemas territoriais de produção permitem que as pequenas e médias empresas insiram-se no contexto global, a partir de uma base local e de processos endógenos de desenvolvimento. Quando as empresas cooperam entre si há um desenvolvimento endógeno, que é influenciado pelo meio.

Então podemos chegar a conclusão que a concentração geográfica e setorial de firmas, *cluster*, não garante resultados positivos automaticamente, ou seja, não significa que as empresas envolvidas nesse processo de cluster irão sempre prosperar, uma vez que a importância nos vínculos locais não significa dizer que clusters serão sempre *ilhas de solidariedade*, pois a competição entre os agentes, segue sendo sempre acirrada.

É bom lembrar também que um distrito industrial é sempre um cluster, mas o contrário não é sempre verdadeiro. Porter (1999), “a globalização de economias externas e a ação conjunta de empresas nos levam a elementos de sinergia, que favorecem e fortalecem a capacidade de inovação local mediante imitações”. Interações diversas, parcerias público-privadas, envolvendo infra-estrutura e cooperação fornecedor-cliente, constituem elementos de sinergia. E é só quando essas características estão presentes em um clusters que se pode considerar o mesmo como um Distrito Industrial.

## 2.5 Desenvolvimento Sustentável

A problemática da sustentabilidade assume, neste final de século, um papel central na reflexão em torno das dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram para garantir equidade e articular as relações entre o global e o local.

O crescimento econômico e a transformação tecnológica sem precedentes, a dramática condição social de inúmeras pessoas, além de problemas ambientais assustadores é um dos grandes problemas do século. Se ao longo desses anos não se conseguiu desenvolver um aparato científico-tecnológico capaz de resolver grande parte dos principais problemas ecológicos, ficou também cada vez mais notável a incapacidade das formas sociais organizadas de se apropriarem desses meios.

A expressão desenvolvimento sustentável significa uma nova forma de encarar o desenvolvimento junto à sociedade, que ciente de todos os desequilíbrios causados ao meio ambiente pelo desenvolvimento econômico se vê forçada a reestruturar o seu antigo padrão de desenvolvimento sem responsabilidade. O conceito de desenvolvimento sempre esteve ligado e até mesmo confundido com o conceito de crescimento econômico, visão esta que pode ser considerada errônea, o crescimento econômico, por si só, não traz automaticamente o desenvolvimento, já que crescimento econômico esta vinculada a visão expansionista, imperialista e quantitativa. E o desenvolvimento econômico esta diretamente ligado ao meio cultural e social, o que nos leva a deduzir que este é um conceito local não nos adiantando buscar soluções universais para a solução do problema.

A expressão sociedade sustentável surgiu nos anos 80, significando a sociedade que é capaz de satisfazer as suas necessidades sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras (CAPRA, 2002, p.237). A consideração da sustentabilidade do desenvolvimento requer que nosso horizonte de tempo seja expandido, por que a escala de tempo da ecologia abrange séculos. Além disso, a expressão "desenvolvimento sustentável" não adverte somente dos danos causados por poluição e erosão do ambiente físico de um lado, e da pobreza do outro, como se fossem dois fenômenos independentes. O tipo "benigno" de desenvolvimento desejável propõe uma conciliação entre o desenvolvimento e o crescimento econômico, sendo, simultaneamente, sensível à dimensão social, ambientalmente prudente e economicamente viável.

Para o economista Ignacy Sachs, o crescimento econômico, se colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis e repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento. Por que, taxas significativas de crescimento são necessárias, uma vez que é muito difícil redistribuir bens e renda numa economia estagnada (SACHS, 2001).

Para alcançar o desenvolvimento sustentável é preciso retomar o crescimento, alterar a qualidade do desenvolvimento, atender as necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento, reorientar a tecnologia etc. (CMMAD, 1987, p. 52). A busca pela sustentabilidade requer a articulação principalmente entre três "registros ecológicos", das relações sociais, do meio ambiente e da subjetividade humana, ou seja, a sustentabilidade requer um aparato tecnológico eficiente incompatível com o jogo sem restrições das forças de mercado e dependente, em grande parte, das ações geradas a partir de percepções individuais e culturais da sociedade.

É justamente a partir desta perspectiva que reside a importância das políticas públicas, reorientando a produção de bens materiais e imateriais, reconciliando o crescimento econômico com as formas de desenvolvimento sustentável.

Após o impasse se crescimento econômico era o mesmo que desenvolvimento econômico surge o conceito de desenvolvimento sustentável na década de 80 e que foi consagrado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente – CMMA das Nações Unidas, conhecida como Comissão Brundtland, que produziu um relatório considerado básico:

[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro [...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (IBGE, 2002).

Esse conceito foi extremamente importante para se repensar as dimensões do desenvolvimento e posteriormente para a conscientização da sociedade, questionando se as práticas econômicas e sociais desenvolvidas até então não estavam limitando a capacidade dos ambientes naturais de “suportar a vida no planeta”. Quando menciono suportar a vida em nosso planeta estou me referindo para a ocupação não-planejada e predatória do Estado, para o conflito gerado a partir do uso da água nas diferentes bacias hidrográficas do Estado, e para o uso indiscriminado de agrotóxicos no combate de pragas agrícolas, dentre outras degradações causadas pelo o ser humano.

### 2.5.1 RIO 92

No Brasil o movimento por um desenvolvimento sustentável ganha força a partir da década de 90, precisamente em 1992, data que surge a *agenda 21* no Rio de Janeiro (com caráter normativo) que traz em seus princípios ações aos países para que o planeta ingresse no século 21 de forma sustentável e que o foco seja que cada governo local crie suas próprias agendas 21. Essa elaboração da Agenda 21 contribuiu para impulsionar a criação de abordagens territoriais a partir de redes de comunicação, buscando-se soluções para os problemas referentes à sustentabilidade com a tentativa de conciliar o crescimento econômico com o desenvolvimento. Os princípios do desenvolvimento sustentável formaram a base da Agenda 21, um documento aprovado por mais de 180 países durante a conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente.

Esses preceitos têm sido progressivamente incorporados, principalmente no âmbito local, ampliando-se a consciência de que os problemas ambientais não são assuntos de um setor restrito da economia ou da sociedade e nem se restringem aos danos causados ao ambiente físico natural, mas envolvem as relações sociais em um determinado território.

Em 1997, na Rio +5, é feita a análise do que ocorreu nos últimos cinco anos após a Rio 92, e a principal conclusão é que os governos locais foram os principais responsáveis das mudanças em direção a sustentabilidade, e que ficou claro a imobilidade dos governos nacionais que muito pouco, ou nada fizeram para progredir nos objetivos de 1992 (F. B. ONGs, 1997, p.451).

O governo e a sociedade brasileira deram início a um conjunto de ações de construção de Agendas 21, nos âmbitos nacional, regional e local. Muitos municípios tomaram a iniciativa de construir suas Agendas 21 locais, destacando-se São Paulo-SP (1996), Rio de Janeiro-RJ (1996), Joinville-SC (1998), Florianópolis-SC (2000). Percebe-se, portanto, a Agenda 21 brasileira como um documento resultante de um processo de planejamento participativo e com status de plano nacional de desenvolvimento sustentável, mesmo que esta participação ainda fosse fraca por parte de uma sociedade ainda “desaculturada”.

### **2.5.2 Desenvolvimento Sustentável: Valorização da Cultura**

Até a pouco tempo atrás acreditava-se que a modernização dos processos produtivos seria suficiente para resolver os problemas ambientais e que tudo dependia de legislações e de técnicas de controle a poluição mais severos conforme postulavam os representantes dos países industrializados. Mas, com o passar do tempo, percebeu-se que essa é uma visão tecnicista e equivocada, sendo necessária uma abordagem mais ampla dos problemas e das soluções, discutindo-se, um modelo de desenvolvimento internacional.

É percebido então que o potencial de desenvolvimento de um país depende, principalmente, de sua capacidade cultural de pensar sobre seus futuros desejáveis (SACHS, 2001). Característica essa que está ligada ao grau de percepção, ao conhecimento e à consciência que a sociedade tem de sua história, sua situação presente e seu rumo futuro. Tal estado de consciência coletiva requer que os indivíduos enxerguem suas responsabilidades por fazerem parte de um conjunto maior de ações, como acontece com as propostas de desenvolvimento local.

A ênfase na cultura como fator de sustentabilidade ainda é muito recente, especialmente nas políticas públicas. O seu desenvolvimento pode ser um importante fator em diversas ações da sociedade, pois a cultura lida com a criatividade que transita entre o novo e o antigo e impulsiona a sociedade a construir um quadro de referência com relação a seu futuro.

Sabe-se que a cultura muda lentamente. Mas, à medida que o indivíduo se conscientiza de seus atos nas gerações futuras e se preocupa com isso, desenvolve-se uma preocupação através das gerações capaz de enxergar uma responsabilidade comum. Então devemos compreender a cultura como um processo de criação de significados que oferecem sentido ao modo de vida das comunidades humanas.

Pensar na cultura como fator de desenvolvimento significa valorizar identidades individuais e coletivas, promover a coesão em comunidades e levar em consideração que as características da cultura podem ser um fator de crescimento em determinado território. É necessário que se incentive o desenvolvimento da cultura no Brasil, pois ela é ainda vista como um elemento supérfluo. Isto pode ser considerado um trabalho difícil e infinito, devido a verbas restritas, incapazes de atender à efervescência de incontáveis manifestações.

O que se percebe é que existem dois caminhos para a implementação do desenvolvimento sustentável, o *caminho atual* seguido pela maioria dos países ricos, e um *caminho alternativo* que surge de forma diferente nos seios das comunidades. O primeiro está preocupado com a manutenção das relações de poder atual e lida mais com a aparência do que com o conteúdo de mudanças. Já o segundo caminho é o da mudança paradigmática sendo bem provável que ela aconteça de qualquer forma, seja pela conscientização suave ou pela forma mais abrupta e catastrófica. Neste caminho são necessários que se rediscutam os nossos valores e costumes.

### 2.5.3 Responsabilidade Social

O conceito de responsabilidade social está associado ao conjunto de ações que promovem o desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente e a sociedade. Nos dias de hoje muitas empresas e a própria sociedade vem se organizando para fiscalizar as ações de grupos e empresas para que o meio ambiente possa ser preservado para as futuras gerações. As empresas estão cada vez mais se reestruturando de acordo com o perfil do consumidor atual, e cada vez mais exigente quanto a aquisição de produtos ecologicamente corretos.

A responsabilidade Sócio-Ambiental tem trazido vantagens competitivas para as empresas, uma vez que uma empresa engajada com os problemas ambientais mostra ao mercado consumidor que o seu produto está sendo manufaturado de forma sustentável. Isso é bem visto tanto para o mercado nacional como para o internacional, percebemos que a forma de produzir sustentavelmente abre mercados para as empresas em um nicho muito exigente quanto a origem e qualidade de seus produtos consumidos.

É o que podemos analisar segundo Denise Gomes Alves,

A responsabilidade social vem de encontro às mudanças decorrentes não apenas no mercado interno, mas também do mercado externo que luta para atingir um público cada vez mais exigente de medidas de proteção tanto ao indivíduo quanto ao meio ambiente. [...] As não pensam na responsabilidade social como encargo, mas como um investimento. (ALVES, 2007, p.247).

A empresa socialmente responsável agrega valor aos seus produtos tornando-os competitivos e satisfazendo as necessidades de todas as partes constituintes de seu quadro. E diante desta afirmativa podemos concluir que agir de forma socialmente responsável é ter visão futura do negócio, levando a empresa quase sempre a ser eficiente, duradoura e principalmente com grandes chances de fortalecer sua posição no mercado perante outras.

Os cuidados com a natureza hoje fazem parte de uma proposta que atravessam fronteiras, que une pessoas com essas mesmas identidades nos mais diversos países do mundo. Fazendo com que pessoas provoquem os menores danos possíveis a natureza em busca de uma atividade que seja sustentável no ponto de vista social econômico e ambiental.

## CAPÍTULO III

### 3. JUSTA TRAMA: CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO AGROECOLÓGICO.

#### 3.1 O Algodão Orgânico<sup>8</sup> e sua História

A industrialização do petróleo trouxe consigo a substituição das fibras naturais cultivadas do sertão extinguindo ou enfraquecendo segmentos da economia de transformação e a florescente industrialização têxtil. Vieram então as usinas de alta produção de energia, que aliada a forte modernização da agricultura se tornou o golpe fatal para aquela região. Em meio ao ocorrido percebe-se assim uma tentativa de destruir, o comportamento coletivo comunitário, que para muitos seria o essencial para a concretização de uma economia já tão massacrada.

O que percebe-se então é o surgimento de sistemas globalizados com alta tecnologia coexistindo ao lado de agricultores familiares, sertanejos e remanescentes de outras populações tradicionais e precárias, que resistem em um mundo que oficialmente não existe mais. Ou seja, há uma mudança de ordem internacional, sendo que a ordem é destruir os mais fracos, consolidando-se o poder de transnacionais sobre a natureza, cultura, comportamento e saber.

Essa globalização perversa e muitas vezes inevitável faz da seca, um fenômeno cíclico e periódico de conseqüências trágicas, que se transformava em fome e miséria passageira, onde em todo o sertão existiam muitos pés de algodão mocó<sup>9</sup>, uma planta perene que resistia a qualquer tipo de seca e produzia dentro de um sistema de sustentabilidade, quando esta palavra ainda não tinha significado político e ideológico dos organismos e Bancos Internacionais uma mera lembrança de que nem tudo era tão ruim assim como eles imaginavam.

No nordeste brasileiro, essa modernização da agricultura, ainda que não em sua forma mais devastadora, destruiu o algodão arbóreo<sup>10</sup> e trouxe do Sul o algodão herbáceo para competir com ele. Isto foi feito sem que se tivesse uma preocupação prévia com o zoneamento climático para ambos os tipos de algodão, pois eles representavam modelos de agricultura diferentes, muito menos com políticas públicas diferenciadas.

Já no Sul do país ocorria o inverso, modernizado pelo uso subsidiado de crédito bancário e políticas mais eficazes, o consumo de fertilizantes químicos concentrados e venenos sintéticos

<sup>8</sup> O algodão orgânico é auditado e certificado por um organismo credenciado.

<sup>9</sup> Nome popular do algodão arbóreo. (ESPLAR).

<sup>10</sup> Variedade de algodão com muita habilidade em conviver com áreas semi-áridas. O sertanejo não o plantava como um cultivo, mas dentro de um sistema de poupança de água e sustentação da produção de alimentos. Não utilizava insumos e créditos para sua instalação, além de ser a ração para as vacas de leite, autonomia e soberania dos cultivos intercalados em seu sistema. (ESPLAR).



(defensivos) aumentava em grande escala. Isso tudo para que a plantação não sofresse com as pragas do algodão que devastava plantações inteiras.

Um dos melhores negócios então na agricultura do Sul do país da década de 60 em diante, era sem dúvida comercializar venenos (defensivos) para a cotonicultura (algodão), pois 18% de todos os defensivos eram usados pelo algodão herbáceo no Sul, isso fazia na época que muitos desses agricultores morressem envenenados nos campos de algodão, número este reduzido com as técnicas de hoje, principalmente com a que veremos a seguir no modelo de algodão orgânico.

Depois de algum tempo com a vinda do *algodão herbáceo* para o Sertão (Nordeste), este começa a ganhar espaço frente ao algodão arbóreo por causa de sua maior resistência a pragas e por causa de uma propaganda exagerada sobre a produtividade deste algodão. É importante ressaltar que suas sementes eram vendidas pelo governo do Estado e os demais insumos como defensivos pelas multinacionais sediadas principalmente em São Paulo, isso acarretava um custo altíssimo para o agricultor.

Nos anos 80, com a crise internacional do comércio dos agrotóxicos e o início da desestabilização do algodão arbóreo, tivemos a migração do homem, evasão da riqueza, desorganização social e principalmente dependência de políticas assistencialistas.

Em meio ao ocorrido e a falta de crédito para poderem seguir investindo em suas plantações a única saída vista por alguns desses agricultores é a produção do algodão orgânico, saída esta muito estratégica para o sertão nordestino, pois essa escolha viria a dar novamente uma fonte de renda e principalmente seria um fio de esperança para estas populações já tão sofridas pela história.

O que se pode constatar claramente nos dias de hoje, é uma grande demanda por esse tipo de algodão (orgânico), que é dominada internacionalmente pela Alemanha, Japão, França e Inglaterra, que desmaterializa e transfere a riqueza do algodão através de intercâmbios de serviços.

### **3.1.1 O que é Algodão Orgânico?**

Considera-se orgânico o algodão que é auditado e certificado por um organismo credenciado como certificador de tais produtos. O algodão orgânico é obtido em sistemas sustentáveis no tempo e no espaço, mediante o manejo e a proteção dos recursos naturais, sem a utilização de agrotóxicos, adubos químicos ou outros insumos que possam de certa forma serem prejudiciais à saúde humana e animal e ao meio ambiente, mantendo e recuperando a fertilidade e a vida dos solos e a tão importante diversidade dos seres vivos.

### 3.1.2 História do Algodão no Brasil

De acordo com PASSOS (1977), no Brasil, pouco se sabe sobre a pré-história do algodão, mas o que se pode afirmar é que na época do descobrimento do nosso país, os indígenas já cultivavam o algodão e convertiam-no em fios e tecidos para a fabricação principalmente de redes.

Com a chegada dos primeiros colonos no Brasil a cultura do algodão passou a ser mais expressiva. Segundo PASSOS,

No Ceará, ao ser dada a concessão de terras a Martin Soares Moreno, o conselho de Lisboa já recomendava semear algodoeiros; e em São Paulo, Serafim Leite conta que os jesuítas do padre Anchieta introduziram e desenvolveram a cultura do algodão a fim de satisfazer suas necessidades de roupas e vestir os índios. (PASSOS, 1977, p.224).

Nesse período, porém, o algodão tinha pequena expressão no comércio mundial. A lã e o linho dominavam como tecidos. As culturas de algodão não passavam de pequenas “roças” em volta das habitações, sendo que o trabalho têxtil era realizado por índias e escravas. (SILVA, 1982).

E é só a partir do século XVIII com a Revolução Industrial, que o algodão é transformado na principal fibra têxtil, sendo que o primeiro grande produtor a despontar no cenário nacional foi o Maranhão, exportando o produto para toda Europa.

Todavia, com a expansão da cultura, alastraram-se também as pragas, apareceram anos de condições climáticas desfavoráveis ao algodoeiro e favoráveis à incidência das pragas, provocando drasticamente queda de produtividade da cultura. A área no Estado reduziu-se significadamente, dando lugar à pastagem e a outras culturas tais como milho, arroz, dentre outras.

### 3.1.3 O Bipolarismo do Algodão

Você já parou para pensar de onde vem a matéria prima que você usa e os impactos que ela causou na natureza durante a produção. Na correria que é a vida moderna agente muitas vezes não presta a atenção nos detalhes das etiquetas mais a maioria das peças tem algo em comum, o algodão. Puro ou misturados as fibras sintéticas ele protege nosso corpo do sol do frio da poeira e também faz parte da nossa cultura através da moda e tradições.

O fato é que com o crescimento da população mundial a produção de roupas aumentou e as plantações de algodão tiveram que acompanhar esse ritmo, havendo assim uma expansão do cultivo do algodão, feita na maior parte dos casos em sistema de monoculturas deixando as lavouras mais vulneráveis a pragas. Isso faz do algodão uma das culturas que mais empregam pesticidas e defensivos agrícolas no mundo.

Mas o presente trabalho vai mostrar que existem outros caminhos. Pequenos agricultores brasileiros estão mostrando na prática que a principal matéria prima da indústria de tecidos não precisa ser uma sempre uma vilã da natureza.

O algodão é utilizado pelo homem há mais de cinco mil anos, e a origem da planta é do Paquistão segundo os registros históricos, mas pode se dizer que o algodoeiro foi globalizado e hoje pelo menos 65 países cultivam o algodão com fins comerciais em todo o mundo.

No Brasil o algodão convencional é produzido principalmente nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e no sudoeste da Bahia, e o que se percebe é que a um custo ambiental muito forte do cultivo do algodão convencional aliado a custos financeiros elevadíssimos. Segundo pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a venda do produto mal cobre estes custos, tornando-o então uma forma de produção insustentável, e um dos fatores que colaboram para isto é uma simples variação cambial ou uma simples instabilidade climática na época da colheita. Se isso ocorre pode-se dizer que os agricultores estão fadados ao fracasso.

Já o cultivo do algodão orgânico é feito sempre em consórcio com outras agriculturas gerando mais do que renda, fazendo do consórcio uma forma de segurança alimentar numa área onde antes a *desnutrição fazia parte da rotina*. O que podemos dizer com clareza é que o algodão orgânico tem provocado muitas mudanças por onde passa, desde benefícios ambientais, econômicos e sociais a realizações de sonhos de uma gente já quase sem esperanças de uma vida melhor.

### **3.1.4 O Ouro Branco do Sertão<sup>11</sup>**

O inconsciente coletivo está cheio de imagens cristalizadas acerca do semi-árido do nordeste. Aquela idéia de chão rachado, de ossadas de bichos mortos e de pessoas em mais profunda miséria está dando lugar à outra vida. Respeitando o bioma caatinga e a cultura local, é possível potencializar ações favoráveis ao crescimento sustentável de agricultores e agricultoras.

É uma trama de tecidos e sonhos, trama de história e desejos de vida melhor, é uma lavoura branquinha cheia de esperanças de pessoas simples que tecem o trabalho digno, lá onde o sertão encontra o trabalho solidário, Justa Trama uma cooperativa incentivada pelo comércio justo uma economia onde uns ajudam os outros a crescer, a produzir, a ganhar, sem exploração com solidariedade isso existe e é o que vamos conhecer a partir da introdução da agroecologia na vida de pequenos agricultores que plantam o algodão orgânico no Ceará, o algodão que faz bem a terra.

Dados do ESPLAR<sup>12</sup>, Centro de Pesquisa e Assessoria, indicam que a produção do algodão agroecológico ou orgânico concentram-se em cinco estados brasileiros: Ceará, Rio Grande do Norte,

---

<sup>11</sup> O termo se refere ao algodão orgânico.

Paraíba, Pernambuco e Paraná. O ESPLAR vem trabalhando desde a década de 90 com o algodão agroecológico, iniciativa que não para de gerar novos frutos, a cadeia do algodão orgânico começou com quatro agricultores do município de Tauá e de lá para cá está conseguindo estabelecer um cultivo economicamente viável, ambientalmente sustentável, socialmente justo e com perspectiva de crescimento.

A grande maioria dos trabalhadores “colaboradores” nessas áreas tem algo em comum, as mãos ásperas as vezes da idade e da aridez e mesmo assim é com elas que eles fazem do sertão nordestino o solo do *ouro branco*.

E tudo começa no Sertão de Canindé a 120 km de fortaleza, lugar onde o ouro mudou de consistência e cor, é macio e até branquinho, se assim poderemos chamar-mos. Devemos observar que o Nordeste detém o maior contingente de agricultores dedicados a essa produção, segundo dados do ESPLAR são aproximadamente 350 agricultores familiares envolvidos nesse negócio.

O algodão ocupa pouco mais de 2,4% de toda área propícia a agricultura do planeta, um pedaço mínimo, mas que causa um dano enorme, 24% das vendas do mercado global de inseticidas e 11% das vendas de pesticidas vão direto para as lavouras do algodão. Em todo o planeta o impacto ambiental das lavouras de algodão são os mais expressivos.

E é nesse contexto que entra o algodão orgânico sustentável, que é plantado na forma de algodão em consórcio agroecológico, algodão este que já cultivado em 18 países.

No Brasil essas pessoas que plantão o algodão orgânico saíram na frente, que mesmo sendo a grande maioria analfabetos mostram que as vezes é deles que partem o interesse para um país melhor e com sustentabilidade. Em Canindé mais de 40 agricultores de 15 comunidades plantam o algodão agroecológico, ou melhor, o ouro branco do sertão, no Ceará mais de 300 famílias descobriram a vantagens do novo produto as plantações são feitas em regimes de consórcio (algodão aliado a outras plantações), além do algodão tem milho, feijão, gergelim, mandioca e muito mais, fazendo com que assim a alimentação seja variada e o risco de perda total da produção por causa da seca ou de pragas seja praticamente reduzido ou até nulo. Essa diversidade de culturas melhora o aproveitamento de cada área graças a conservação de solo.

As famílias conseguem vender o algodão orgânico pelo dobro do preço do convencional, sendo vendido por R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) o preço do quilo, já o outro algodão, o não-*orgânico*, a média do preço de venda é de R\$11,00 (onze reais), não passando de R\$12,00 (doze reais) o preço do quilo.

Todos trabalham “duro” e apostam no novo algodão limpo. A grande maioria deles já desde crianças ajudava os pais na lavoura onde a terra era explorada e o bicudo como eles chamam a maior

---

<sup>12</sup> O ESPLAR é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1974, com sede em Fortaleza (CE). Atua diretamente em municípios do semi-árido cearense, desenvolvendo atividades voltadas para a agroecologia, a serviço da agricultura familiar.

praga do algodão sempre ganhava a briga. A retomada do algodão no Estado só ocorreu na década de 90 quando foi colhida na cidade de Tauá a primeira safra de algodão orgânico do Ceará, por se algo novo, com o retorno do plantio não dava nem pra comprar uma roupa, um calçado ou muito menos para se alimentarem.

A experiência pioneira (plantio do algodão orgânico) contou com o apoio do Centro de Pesquisa e Assessoria, o ESPLAR como já dito anteriormente, uma ONG (Organização Não Governamental) que presta apoio técnico aos agricultores familiares. Com essa nova forma que não é tão nova assim se depararmos a pensar veremos na verdade que estamos fazendo um resgate histórico *de como esses agricultores antepassados plantavam a muito tempo atrás e que aos poucos esta sendo trazida de volta uma questão tão importante que é a questão ambiental, social, econômica, política que podemos chamar de fato um conjunto de coisas que compõem a agroecologia.*

Antes de ser vendido o algodão ecológico cearense vai para Tauá, cidade onde foi colhida a primeira safra do algodão orgânico do país, lá uma associação de agricultores consciente faz o beneficiamento do produto que depois comercializa o algodão em pluma. A fibra ecológica ou o algodão orgânico, é comercializada pela Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá (ADEC) a seis anos tudo com base no já mencionado comércio justo.

Lá muitos são agentes multiplicadores da sustentabilidade, graças a cursos de capacitação que eles recebem, fazendo com que a maioria dos que recebem essa capacitação permaneça por lá, mesmo tendo oportunidades de sair para as cidades grandes, o já famoso Êxodo Rural. Só que agora eles percebem que no campo também tem oportunidades, isso tanto para a juventude como para qualquer outra pessoa, basta com que busquem as alternativas e caminhos certos.

### **3.1.5 Uma Rede Solidária**

O ouro branco do sertão chega a mãos de mulheres que batalham pela construção de uma nova vida em Santo André, região metropolitana de São Paulo e Para de Minas em Belo Horizonte (MG), onde costureiras e tecelãs criam uma rede solidária.

O algodão orgânico produzido por pequenos agricultores do Ceará atravessa o país e faz o trabalho cooperativado ganhar espaço, e são as mulheres quem lideram a transformação, fazendo da antiga tradição de costurar uma oportunidade de mudar a vida de várias familiares inteiras. O ouro branco do sertão chega a Minas Gerais e São Paulo e lá transforma a vida de mulheres que tecem o futuro de trabalho justo e solidário.

Nessas cooperativas percebemos que a rotina de muitas mulheres mostra-nos como uma mudança de atitude faz a vida valer a pena, pois elas costumam novas oportunidades a cada amanhecer e tendo em suas mãos o algodão orgânico do Ceará e o futuro de uma cooperativa de costureiras.

O tecido é todo compactado e chega todo enrolado a cooperativa de Santo André no ABC Paulista. Aos poucos o tecido ganha forma através das mãos que trabalham muito fazendo toda a marcação do tecido, é apenas o início do trabalho, mas a rotina desses dedos ágeis e habilidosos geralmente começa cedo, essas mesmas mãos que desenham, cortam, costuram, levam também muitas vezes seus filhos para o colégio, cuidam da casa, da família. A costureira se divide entre duas famílias, uma é a cooperativa e a outra é a de casa (marido, filhos,...) e é assim que todas costuram a relação familiar.

O tecido orgânico na cooperativa passa por várias outras mãos, por que depois de as idéias irem para o papel e virarem traços, serão todos cortados. Após essa etapa um outro associado cuidará das etiquetas e da separação das peças cortadas para depois começar a juntar as peças da trama, fazendo através das mãos dessas associadas que os desenhos, os cortes de tecidos ganhem vida. A costura é a parte final.

O algodão plantado no Ceará e transformado em tecido em Minas Gerais e São Paulo ganha nova forma em cada elo da cadeia, fazendo desses dois Estados importantes participantes na cadeia da Justa Trama, modelo de economia sustentável e solidária baseada no comércio justo.

A peça passa em mesa em mesa e se transforma aos poucos. A cadeia esta quase completa. Essas mãos que tanto trabalham na cadeia do tecido orgânico ainda dobram todas as roupas (produto final) produzidas por elas. Ainda segundo Conceição, funcionária da *Stilus Coop* através de e-mail:

“Agente acha legal isso por que agora agente vai ver essa camiseta no corpo de alguém que vai ficar usando o produto que não tá agredindo a natureza, onde vem vindo de uma cadeia que desde do plantio até essa etapa final aqui, não houve uma exploração, tudo foi distribuído justamente e a pessoa que vir a comprar essa camiseta não vai tá agredindo a natureza, vai se sentir até com a alma lavada”.

As peças têm destino certo, grande maioria delas vai para a Europa, por que aqui o mercado do algodão orgânico ainda é pequeno, mercado este que está em fase de ascensão. O que importa dizer é que mesmo com essas dificuldades o algodão orgânico já transformou a vida de quem participa de cada elo dessa trama.

### 3.2 JUSTA TRAMA

É através do contexto apresentado na seção anterior que podemos então entender um pouco da história em que surgiu o cultivo do algodão orgânico, e que posteriormente viria a fazer parte do nascimento da JUSTA TRAMA (cadeia produtiva do algodão agroecológico<sup>13</sup>). Isto foi de certa forma impulsionado pelo sonho dos empreendimentos da confecção, naquele momento vinculados aos Complexos Cooperativos propostos pela ADS-CUT (Agência de Desenvolvimento da Central Única

<sup>13</sup> O algodão agroecológico é cultivado conforme as práticas da Agroecologia, já preenchendo os requisitos para a certificação orgânica.

dos Trabalhadores), de terem um produto próprio que, do começo ao fim, fosse desenvolvido por trabalhadores solidários, fazendo diferença não só em relação ao seu modo de produção e valorização do trabalho, mas também pela sua qualidade e preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade ambiental.

Quando a idéia surgiu, no ano de 2003, tal idéia foi considerada como algo a ser alcançado em longo prazo e por onde não se tinha clareza de como começar, dada ênfase às inúmeras dificuldades de articulação dos trabalhadores do Nordeste aos do Sul do Brasil, interligando-os. Com o passar do tempo a proposta foi se fortalecendo, principalmente através dos encontros entre participantes de atividades da Economia Solidária, com destaque as reuniões do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da UNISOL<sup>14</sup> Brasil. A Justa Trama não é uma construção recente.

E foi a partir da demanda de produção das bolsas para o Fórum Social Mundial 05, (FSM05), realizado no estado do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, durante o ano de 2004, que veio a possibilidade concreta de colocar em prática este sonho, (surgimento da Justa Trama). Ao invés dos empreendimentos da confecção comprarem o tecido no mercado tradicional, os mesmos desafiaram-se a adquiri-lo de uma cooperativa de tecelagem, a qual, por sua vez, compraria o fio de outra cooperativa de fiação, que compraria seu insumo de outra cooperativa e assim até o último elo da cadeia. Com muita agilidade e força de vontade, foram feitos contatos e orçamentos chegando-se a valores bem próximos com aos do mercado tradicional, o que seria fundamental para a consolidação do sonho da Justa Trama.

Em meio a esses acontecimentos uma cooperativa que teve um papel muito importante nesta etapa foi a Cooperativa UNIVENS<sup>15</sup>, que falaremos dela mais a seguir, que representou os empreendimentos envolvidos frente ao Comitê Organizador do FSM05, fazendo acontecer uma outra Economia até então escondida, onde bolsas foram confeccionadas pela Cadeia Produtiva Solidária do Algodão. Vale a pena destacar que neste momento ainda não era o algodão ecológico ou orgânico.

E foi a partir dessa experiência de confecção das bolsas que ficou clara a capacidade de articulação e organização dos empreendimentos onde UNIVENS, FIO NOBRE, TEXTILCOOPER E ADEC saíram determinadas e comprometidas com a esperança da concretização do sonho do algodão agroecológico. Esta foi a primeira de muitas outras experiência vivida pelo grupo, a qual demonstrou a viabilidade da estratégia de atuarem conjuntamente, assim como a possibilidade de incorporar o elo principal de todo o processo: *os pequenos agricultores de algodão orgânico*.

Deve-se também ressaltar que durante este processo foram muitos os desafios, dificuldades, mas também as conquistas. A criação da marca JUSTA TRAMA só ocorreu no final de 2005

---

<sup>14</sup> União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil - cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses reais da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida (igualdade social e econômica) e de trabalho das pessoas e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e a uma sociedade mais justa, tentando resgatar e promover a intercooperação e o desenvolvimento sustentável.

<sup>15</sup> Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos.

(outubro), sendo que o cenário para o lançamento da marca Justa Trama foi na comunidade do Cantagalo no Rio de Janeiro com a presença de modelos da comunidade, e foi a partir desta data que a marca ficou conhecida publicamente. Um outro ponto importantíssimo também foi a criação da COOPERATIVA CENTRAL JUSTA TRAMA<sup>16</sup> que aconteceu três anos depois, em treze de janeiro de dois mil e oito, fazendo destas grandes conquistas para os associados.

O nome Justa Trama não caiu do céu, foi encontrado após muitas reuniões dos associados da cadeia produtiva do algodão solidário, que até então era e continua sendo uma iniciativa inédita no País. Segundo Idalina Boni, “a marca deveria traduzir o espírito da proposta, baseado no respeito ao meio ambiente, geração de renda, comércio justo e consumo responsável”. E que “ao comprar uma roupa da Justa Trama, estamos contribuindo para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário, em que a cooperação vai do primeiro ao último elo da cadeia: VOCÊ”.

A renda de cada colaborador é difícil de prever visto que na maioria dos casos a Justa Trama não é a única fonte de renda desses colaboradores. O que se pode dizer é que com o trabalho da Justa Trama o retorno para cada sócio trabalhador fica bem acima do valor de mercado de cada operação executada dentro da cadeia, como podemos ver em seu Estatuto,

Sobras para Distribuição (*SD*), destinado à distribuição para suas afiliadas, constituído de 15% (quinze por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício, como mecanismo para permitir o retorno de parte dos ganhos aos trabalhadores cooperados diretamente envolvidos no sucesso do negócio, bem assim como forma de incentivo para o crescimento da produtividade. (ESTATUTO SOCIAL, 2008, ARTIGO 69, p.17).

E quem compra um produto Justa Trama, está contribuindo para a construção de um novo modelo de economia, embasado em valores da autogestão, da solidariedade e da inclusão, está levando uma roupa que foi inteiramente produzida de forma coletiva, diferente da produção capitalista.

A roupa Justa Trama então é produzida pela cadeia produtiva solidária do algodão ecológico que é o resultado da luta da capacidade de organização e do sonho de aproximadamente 700 trabalhadores (colaboradores), atuantes na agricultura agroecológica, onde seus empreendimentos cobrem todos os elos da indústria têxtil, desde o plantio do algodão à roupa, ou seja, fiação, tecelagem, confecção, extração, administração, criação, vendas e divulgação são etapas feitas pelos membros da cadeia, sendo que as duas últimas etapas são geralmente realizadas com parceiros ou em feiras pelo Brasil, principalmente pelas pontas da cadeia, porém com a participação de todos na forma de reuniões e consultas.

De acordo com seu Estatuto Social, a Justa Trama:

Deverá atuar em todas as etapas produtivas da cadeia do algodão agro-ecológico e outras fibras naturais ecológicas, desde sua plantação, fiação, tecelagem, confecção de peças de vestuário, calçados e acessórios, coleta e beneficiamento de sementes, ornamentação das peças,

<sup>16</sup> Identificada pelo nome fantasia JUSTA TRAMA. É uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, constituída na forma de central cooperativista, contando com, no mínimo, três cooperativas singulares, regida por um Estatuto e pelas disposições legais em vigor. (Estatuto Justa Trama, p. 1).



desenvolvimento de produtos; atividades formativas e de assessoria para a construção de redes e cadeias produtivas; logística e comercialização de produtos. (ESTATUTO SOCIAL, 2008, ARTIGO 2º, PARÁGRAFO 1º, p.1).

Desta forma quem está na produção da roupa Justa Trama é também o proprietário da marca. Isso faz com que todos tenham sua auto-estima elevada, trazendo retornos financeiros maiores.

Esses colaboradores(as) são homens e mulheres agricultores, coletores de sementes que trabalham no beneficiamento de sementes e artesanato de diversas regiões do Brasil, precisamente, cinco regiões do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Ceará e Rondônia), são fiadoras, tecedores, costureiras, bordadeiras e serígrafos que participam da “cadeia produtiva do algodão solidário”, como tem sido chamada.

O algodão sem agrotóxicos é plantado e colhido no Ceará. Depois, transformado em fios e tecidos em duas cooperativas de trabalhadores paulistas, criadas a partir de empresas recuperadas. As sementes, que enfeitam as peças, são coletadas em sete estados da Amazônia. A última etapa do processo produtivo, “coletivo”, é executada por uma cooperativa de costureiras em Porto Alegre, RS, e uma empresa de autogestão catarinense de Itajaí, (SC). Veremos mais adiante uma melhor descrição sobre estas etapas.

Mas esses feitos não acontecem por acaso, a Justa Trama tem diversas parcerias que fazem cada vez mais a marca se concretizar tanto no cenário nacional como no internacional. Essas parcerias são instituições como: Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR); ADS/CUT; Fundação Banco do Brasil; Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); Secretaria Nacional da Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE); UNISOL Brasil; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Sebrae.

E no ano de 2009 a Justa Trama está com a parceria de estilistas de renome na sociedade, como, por exemplo, Ronaldo Silvestre de Londrina (PR), que está elaborando peças novas para o lançamento de uma nova moda da Justa Trama, o que comprova que a marca está cada vez mais disposta a se firmar no mercado.

Além de buscar a sustentabilidade dos empreendimentos que compõem a cadeia, a JUSTA TRAMA tem contribuído muito com a ampliação e o surgimento de novas cadeias produtivas e empreendimentos solidários.

### **3.2.1 Alguns Desafios**

“Estamos nascendo aos poucos”, diz Idalina Maria Boni, sócia-gerente da Fio Nobre, empresa de autogestão localizada em Itajaí e uma das responsáveis pela montagem e bordados das roupas e acessórios da Justa Trama.

“Um dos nossos principais desafios foi a constituição da pessoa jurídica da Justa Trama”, informa ela.

Um outro desafio foi criar, desenvolver *design* com finalidade de renovar as peças até então propostas pela Justa Trama com o objetivo de buscarem um novo nicho de mercado, não vendendo apenas ao público da economia solidária. Então um dos objetivos foi criar peças ou coleções mais elaboradas e para públicos diversificados.

Há de se comentar o grande desafio em incentivar a produção do algodão orgânico em grande escala fazendo com que os agricultores aumentassem sua produção para garantir o insumo primordial, pois naquela época eles ainda não tinham certeza do retorno do negócio, mas com o apoio de algumas entidades como o ESPLAR houve o ingresso de outras famílias no projeto. Na área comercial a Justa Trama também merece grande atenção, necessitando ampliar-se. Segundo Idalina “é necessário traçar novas estratégias para a Justa Trama com o intuito de desenvolver mecanismos de acesso a novos mercados e consequentemente ter oportunidades comerciais”.

Podemos citar também o processo de tingimento das roupas e acessórios. Por se tratar de produtos 100% orgânicos, não devem possuir nenhum elemento químico nas etapas de produção, surgindo então a necessidade pesquisa para se encontrar fixadores orgânicos de cores, especialmente para as peças que levam estampas serigrafadas. Cabe ressaltar que esse desafio deverá motivar tribos indígenas principalmente de Roraima, pois além de coletar sementes, também poderão contar com laboratório para pesquisar tinturas naturais para a marca.

Um outro desafio segundo Idalina “é o certificado dos agricultores da ADEC, que estão em processo de certificação pelo IDB (Instituto Biodinâmico de São Paulo) e pela FLO (Cert Fair Trade Labelling Organizations) (Alemanha), já tendo sido realizada a inspeção em todos os municípios que plantam o algodão agroecológico”. Conforme sua classificação, ou os agricultores receberão o selo BR, podendo comercializar sua produção de algodão como orgânico no Brasil, ou seu produto será certificado podendo ser comercializado como orgânico no mercado internacional, o que favorecerá a manutenção dos preços atuais praticados.

A articulação em cadeia e o desenvolvimento e fortalecimento do consumo consciente é também um dos constantes desafios a serem perseguidos pelos empreendimentos econômicos solidários, o que nos permite então estender esse desafio para a Justa Trama.

Além disso, “nosso produto não tem veneno, não polui a água, nem a terra, é sem agrotóxico,” explica Nelsa Fabian Nespolo, presidente da Univens (Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos de Porto Alegre). Ela diz que a Justa Trama vai procurar produzir camisetas, blusas, calças, bolsas, bermudas, entre outros produtos, sempre com um toque especial.

E um dos desafios mais importantes se não o principal segundo Nelsa, é a difusão da idéia de desenvolvimento sustentável, sendo este um dos pilares da Justa Trama.

O que conseguimos compreender e visualizar nesse tópico, é que existe uma gama enorme de desafios a serem enfrentados não só por empreendimentos solidários, mas como também pela Justa

Trama, sendo que esses desafios são sempre encarados como aprendizado para todos os integrantes da cadeia do algodão agroecológico.

### 3.2.2 Surge no País uma nova Marca

Depois de concretizado o sonho, vem o primeiro desfile da marca, que foi realizado durante a Biofach América Latina, o principal evento do setor orgânico do continente. O evento aconteceu no Rio de Janeiro no ano de 2005, como já mencionado anteriormente, e a nova marca de roupas e acessórios, feitos de algodão agroecológico é resultado dos princípios da economia solidária. Foi a partir desse momento (lançamento da marca) que a Justa Trama começou a dispor de duas frentes de atuação para comercializar seus produtos, uma nacional e a outra internacional, essa última ainda embrionária.

A comercialização no mercado interno, nacional, é representada pela possibilidade de inserção da Justa Trama no mercado da moda, através da participação em feiras e eventos específicos do setor. Dentre as feiras e eventos, principal foco de atuação da Justa Trama, cabe destacar:

- Feira do Pequeno Empreendedor do Paraná;
- Rio e São Paulo *Fashion Week*;
- Sul Orgânica;
- Biofach (América Latina e Europa);
- Sana (Itália).
- Feiras de Economia Solidária em diversos estados do país (RO, CE, SP, PR, RS, SC

(UFSC), entre outras).

Já quanto às oportunidades de comercialização no mercado exterior, em especial, cabe destacar as parcerias já firmadas com entidades da Itália e França. A organização não-governamental Tauá abriu uma loja na cidade de Paris, onde se iniciaram a comercialização dos produtos da Justa Trama com uma oferta inicial de 300 peças.

Já na Itália, as demandas por produtos da cadeia são maiores. E existem três parceiros regulares<sup>17</sup>:

- *NEXUS*, localizada em Romana: onde para este ano (2009), encontra-se em negociação o fornecimento de mil camisas bordadas do tipo pólo.
- *LIBERO MONDO*, localizada em Bra: é uma das maiores entidades exportadoras de produtos provenientes do Comércio Justo, tendo realizado um pedido baseado em uma nova coleção com tendências específicas. Além disso, tem grande interesse em negociar a produção de bolsas.

---

<sup>17</sup> Fonte: Justa Trama.

- *FAIR TRADE*, localizado em Gênova: está sendo negociado o modelo e a amostra de quatro tipos de bolsas que serão fornecidas para eventos de Comércio Justo, sendo que serão produzidas 1.500 unidades.

Para Idalina “os produtos de algodão agroecológico têm uma grande aceitabilidade no mercado europeu”. Fato este que amplia os horizontes desta nova marca.

### 3.2.3 Beneficiados com a Justa Trama

Durante esses anos de vigência foram beneficiados *diretamente* pelo projeto 799 (setecentos e noventa e nove) trabalhadores e trabalhadoras, atuantes na agricultura agroecológica distribuídos em seis Estados da Federação representando quatro regiões do país.

(1) Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá – ADEC com aproximadamente 300 agricultores.

(2) Grupo de agricultores do Paraná, associação informal que a partir de 2007 participou do Planseq Ecosol (Plano Setorial de Qualificação Profissional da Economia Solidária) realizando curso de qualificação para o cultivo de algodão agroecológico. O grupo, constituído por 40 produtores, teve sua primeira colheita no ano de 2008 destinada integralmente a Justa Trama.

(3) Cooperativa Nova Esperança – CONES, composta por 320 trabalhadores.

(4) Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Confecção Stilus – STILUS COOP, por 23 cooperadas.

(5) Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos – UNIVENS, atualmente, está com 26 associadas.

(6) Cooperativa Fio Nobre – FIO NOBRE, Formada por 20 associados.

(7) Cooperativa de Trabalho dos Artesãos do Estado de Rondônia (AÇAI), é composta por mais de 70 associados.

E, para calcularmos o número de beneficiados *indiretamente*, Idalina, da Fio Nobre, orientou para que se levasse em conta ou que se considerasse uma família com 3 (três) pessoas chegando então ao número 2397 (dois mil trezentos e noventa e sete) pessoas beneficiadas indiretamente como representado no quadro a seguir.

**Quadro 1 – Resumo do Público-Alvo**

<b>Público-Alvo</b>	<b>Beneficiários Diretos</b>	<b>Beneficiários Indiretos</b>
Colheita do Algodão (1) e (2)	340 trabalhadores	1.020 familiares
Fiação (3)	320 trabalhadores	960 familiares
Tecelagem e confecção (4) (5), (6)	69 trabalhadores	207 familiares
Extração e Beneficiamento de Sementes (7)	70 trabalhadores	210 familiares
Total (Cadeia Justa Trama)	799	2.397 familiares
<b>Total de Beneficiados (Diretos e Indiretos)</b>	<b>3196 pessoas</b>	

Fonte: Justa Trama.

### 3.2.4 Linha de Montagem

A "linha de montagem" da Justa Trama envolve cinco cooperativas de trabalhadores e uma empresa de autogestão de quatro regiões: Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos (UNIVENS) de Porto Alegre, RS; Cooperativa de Trabalhadores em Fiação, Tecelagem e Confecções (CooperTextil) de Santo André, SP; Cooperativa Nova Esperança (CONES) de Nova Odessa, SP; Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá (ADEC) de Tauá, CE; Cooperativa Açaí de Porto Velho, RO; e a empresa Fio Nobre de Itajaí, SC.

A idéia é acompanhar as tendências de mercado, buscando lançar novas propostas. A marca conta com o apoio e sugestões de alguns estilistas. "Há mercado para novos produtos e ideais", justifica Nelsa, da UNIVENS. A logística de produção é a mesma da economia formal, ou seja, é firmado parcerias com diversas lojas dentre as quais podemos destacar a loja virtual dos Correios, e a busca por parcerias comerciais para representação de produtos de sua marca, tanto através de representantes comerciais, como de lojistas, fato este que já ocorre em diferentes estados do Brasil, como São Paulo, Goiás, Minas Gérias, Bahia. E o resultado disso é o aumento de suas receitas. Mas não podemos nos esquecer que o objetivo do "negócio solidário" é diferente da lógica capitalista na medida em que os lucros são rateados entre os trabalhadores.

Quanto a formação de preços das peças da Justa Trama, o objetivo socioambiental adotado pela marca faz com que os preços tenham valor social agregado, o que vai ajudar o empreendimento a ser auto-sustentável, sendo que uma margem do valor é inserida no preço das peças, visando à criação de um fundo de investimentos da marca, o que fortalece os produtos da Justa Trama e os negócios de seus integrantes. Isso faz com que os preços de seus produtos fiquem um pouco acima do encontrado no

mercado. Vale a pena lembrar que os clientes da Justa Trama são pessoas que têm preocupação com meio ambiente e consumo responsável.

A idéia de unir todas as etapas do processo de produção surgiu há cerca de quatro anos. A partir de estudos realizados pela Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT) sobre cadeias produtivas do país, foram iniciadas as discussões sobre o processo produtivo do algodão dentro da Central de Cooperativa e Empreendimentos Solidários (UNISOL-Brasil). E depois de algum tempo a idéia foi colocada em prática.

A viabilidade da cadeia produtiva do algodão solidário foi testada no 5º Fórum Mundial Social, realizado no fim de janeiro de 2004 em Porto Alegre (RS), como já mencionado, quando 60 mil bolsas produzidas, em menos de um mês, por 36 empreendimentos associados da região Sul, foram distribuídas aos participantes do evento.

Assim é a linha de montagem da Justa Trama, uma nova marca de roupas e acessórios que está chegando ao mercado.

### **3.3 DO NORTE AO SUL – As cinco etapas do processo produtivo**

A estrutura da cooperativa é composta por uma cadeia de cooperativas que produzem tudo, desde a atividade de plantar, colher, escolher o algodão até a confecção das roupas. Todas cooperativas e elementos da cadeia têm o mesmo objetivo social e fazem o comércio justo, confeccionando várias linhas de roupas em algodão ecológico ou orgânico.

As cooperativas devem

Satisfazer, pontualmente, os compromissos assumidos com a COOPERATIVA CENTRAL, respondendo cada qual das afiliadas pelos seus atos, bem como pelas perdas que gerar à Central, em vista da parcela de sua responsabilidade no processo produtivo e de comercialização. (ESTATUTO SOCIAL, 2008, p.5).

Mas a Cooperativa Central Justa Trama

Compromete-se a envidar todos os esforços necessários a fim de propiciar as condições adequadas ao bom funcionamento de cadeias produtivas ecológicas. (ESTATUTO SOCIAL, ARTIGO 2º PARÁGRAFO 2º, p.1).

As etapas abaixo citadas não correspondem exatamente a seqüência desde o plantio até o consumidor final, elas se encontram dispostas de maneira em que a Justa Trama as elaborou e as numerou, ou seja, as etapas do processo produtivo encontram-se de maneira um pouco desordenada. Há que se dizer que, depois de todas as etapas ocorridas, a comercialização do produto ocorre de forma direta em feiras e vendas diretas ao consumidor.

### **3.3.1 ADEC - Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá**

A primeira etapa do processo é realizada com a produção do algodão agroecológico pela Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá, (ADEC), localizada no município de Tauá, no Estado do Ceará, uma associação de agricultores familiares que fornece as sementes aos agricultores. A ADEC foi fundada em 1986, por iniciativa de grupos de mulheres artesãs e em 1993 redirecionou suas atividades para a Agricultura Familiar, organizando a produção agroecológica de algodão, milho, feijão, gergelim, com o apoio técnico do ESPLAR. Nessa primeira etapa temos a articulação de mais oito municípios do Estado do Ceará, além de Tauá: Xoró, Massapê, Quixada, Canindé, Sobral, Forquilha, Santana do Acaraú e Parambu. Nessa primeira etapa a também no Estado do Paraná no município de Moreira Salles uma perspectiva de aumentar a produção, pois neste estado houve uma colheita significativa do algodão orgânico.

No total são envolvidos 300 agricultores que são responsáveis pelo plantio do algodão ecológico, “orgânico”. Toda a produção de algodão orgânico do sertão do Ceará é comprada pela ADEC que faz o beneficiamento do algodão, ou seja, a pluma é separada do caroço e um dado importante é que apenas 35% (por cento) do algodão bruto que chega das plantações vira tecido. O restante é considerado como resíduo que será todo aproveitado, por que uma parte do caroço será usada para a semente de uma nova plantação e a outra servirá para alimentação do gado.

E depois de todo o beneficiamento e tratamento do algodão como limpeza, esticamento e outras etapas, o algodão fica em forma de algodão em pluma que posteriormente seguirá para São Paulo. Nesta etapa deve-se ter muito cuidado para evitar o contato do algodão com qualquer outra substância, principalmente químicas para não perder sua propriedade e não jogar um trabalho todo ladeira abaixo.

Além do plantio do algodão os colaboradores plantam alimentos de forma consorciada para poder ter o que comer, sendo que os principais alimentos produzidos é a mandioca, a batata, etc. esses colaboradores sabem que estão construindo uma outra marca junto a Justa Trama e da mesma forma estão garantindo sua alimentação.

### **3.3.2 CONES - Cooperativa Nova Esperança**

A Cooperativa Nova Esperança é uma empresa autogestionária, e está localizada em Nova Odessa, interior de São Paulo (SP), com mais de 240 sócios, e mais de 80 contratados a cooperativa é considerada uma das maiores Cooperativas de Produção do Brasil sendo uma empresa na área têxtil que fabrica fios, ou seja, transforma este algodão em fio que depois será encaminhado para Santo André (SP). Com maquinários, tecnologia e profissionais altamente capacitados, a Cooperativa Nova Esperança (CONES) conquista cada vez mais seus espaço no mercado têxtil.

Possui um parque industrial que é constituído de duas unidades de produção, sendo uma de fiação convencional, e outra de fiação do algodão orgânico, juntamente com uma tinturaria de fios, com tubos de tingimento que variam de 60 a 600 kg por cor, realizando também testes em todas as etapas do processo de fiação, a iniciar pela qualidade da pluma de algodão. Então a segunda etapa do processo é realizada pela Cooperativa Nova esperança que trata da fiação do algodão, pois esta recebe o algodão compactado em plumas. Desta forma ela produz o fio de algodão.

Vale a pena ressaltar que a CONES é uma empresa recuperada que desde 1998, vem se despontando no mercado nacional como grande produtora de fios 100% algodão.

Na parceria com a Justa Trama beneficiam a pluma de algodão agroecológico passando por um processo trabalhoso e de qualidade apurada.

### **3.3.3 COOPERTEXTIL**

Esta localizada em Pará de Minas em Minas Gerais (MG), a Cooperativa de Trabalhadores em Fiação, Tecelagem e Confecções (COOPERTEXTIL), foi fundada em 1988 e teve sua origem com o apoio da UNSOL durante o processo de concordata da antiga industria têxtil da qual os sócios fundadores eram funcionários. É uma empresa recuperada e são aproximadamente 280 cooperados(as), sendo que 60% mulheres. Junto com a CONES ela é a responsável pela fiação e tecelagem da Justa trama, transforma assim o fio em tecido plano ou malha.

### **3.3.4 FIO NOBRE**

A quarta etapa do processo produtivo compreende a confecção das peças de vestuário e uma das participantes é a cooperativa FIO NOBRE, a outra é a UNIVENS. A Cooperativa Fio Nobre surgiu a partir da microempresa Fio Nobre, que já estava no mercado há 12 anos participando ativamente dos Fóruns Municipal, Estadual e Brasileiro de Economia Solidária.

É um empreendimento que pratica a autogestão com os moldes de cooperativa onde são produzidos cordões e fios diversos para o ramo calçadista, roupas artesanais em tricô e em tear, envolvendo trabalhadores na cidade de Itajaí, Santa Catarina (SC), com um total de 20 associados e parceiros.

O trabalho é totalmente baseado no conceito de Economia Solidária e busca o protagonismo dos colaboradores internos, para a geração dos mesmos.



A Fio Nobre compõem então o quarto elo da cadeia produtiva com desenvolvimento do design e confecção das roupas em tecido com detalhes artesanais, peças em tricô e bolsas em tear.

A FIO NOBRE é feita para quem acredita que é possível consumir de forma sustentável, colaborando para o desenvolvimento e preservação das riquezas naturais de nosso planeta. É uma cooperativa que confia na mudança de hábito e parceria com as organizações que trabalham a qualidade de vida de seus trabalhadores e emancipação dos envolvidos em suas entidades. Na participação da cadeia o foco da produção é a confecção promocional de artigos, composta por: sacolas, bolsas de tecidos retornáveis confeccionadas em algodão, fios e peças em tricô e crochê, camisetas, camisas pólo, peças bordadas e brinquedos artesanais.

Deve-se também mencionar que a FIO NOBRE também trabalha com confecções de peças personalizadas, e faz parte da cadeia de algodão agroecológico, produzindo também as roupas da Justa Trama.

### **3.3.5 UNIVENS - Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos**

Situada no Rio Grande do Sul, a UNIVENS participa da quarta etapa da cadeia do algodão agroecológico junto com a cooperativa Fio Nobre de Santa Catarina.

A UNIVENS foi criada em surgiu em 23 de maio de 1996, muito pela necessidade de trabalho de forma coletiva. A UNIVENS é uma das cinco associações que fazem parte do projeto Justa Trama: Cadeia Ecológica do Algodão Solidário, cujos trabalhadores: agricultores, coletores de sementes, fiadoras, tecedores e costureiras, integram empreendimentos da Economia Solidária. Seus empreendimentos cobrem todos os elos da indústria têxtil - do plantio do algodão agroecológico à roupa. E a cooperativa tem uma trajetória de muita luta e também de muitos parceiros que acreditaram e acreditam na sua capacidade, parcerias que ajudaram a aumentar a participação da cooperativa no mercado e fazendo também que adquiríssemos equipamentos industriais e criássemos um fundo para compra de matéria-prima, o que possibilitou aumentar nossa capacidade de produção.

Após um longo processo de discussão, 35 mulheres de 18 a 70 anos resolveram formar a cooperativa para enfrentarem o desemprego e a expulsão do mercado de trabalho. Um grande esforço fez com que o grupo superasse as dificuldades iniciais alçando vôos mais altos, sonhando com um produto que fosse totalmente produzido por trabalhadores solidários, conseguindo assim produzir, em um curto prazo, uma encomenda de 500 camisetas e bolsas para o Fórum Social Mundial de 2005.

A divulgação da cooperativa foi feita em sindicatos, entidades e escolas resultaram em mais encomendas de camisetas com estampas em serigrafia, sacolas e outros produtos. Posteriormente

algumas das cooperadas começaram a produzir o complemento alimentar denominado multimistura, o que deu origem à produção de bolachas, salgados, lanches e bolos, para eventos e coquetéis.

A Cooperativa que hoje agrega 26 sócios trabalhando com confecção e na parceria da Justa Trama fabrica e cria as roupas em malha e tecidos, como por exemplo, blusas de malha, jalecos, corsário, vestidos, saias, calças masculinas, bermudas e camisas tipo pólo em malha e tecido, bolsas-sacolas, uniformes de escolas e empresas e até roupas de surf, tudo produzido em grande escala, aceitando todos os tipos de desafios que tem a ver com confecção, isso tudo aliado a coordenação de vendas e compras da Justa Trama. Vale a pena também lembrar que a Univens é responsável pelo estoque das peças.

Essa cooperativa vem respondendo a uma necessidade de incluir mulheres com dificuldades de inserir-se no mercado de trabalho formal tendo como compromisso o desenvolvimento local, chegando a criar um Centro Social onde ficam os filhos das cooperadas da Univens, e de outros moradores da comunidade. Pode-se dizer que a Univens é uma cooperativa de costureiras onde um grupo de mulheres é protagonista da geração de renda de suas famílias.

No ano de 2000, em parceria com uma artista plástica, foi criada uma coleção de camisetas da cidade de Porto Alegre, que desde então vem sendo produzida e vendida em vários eventos, particularmente no Fórum Social Mundial. Este ano, a cooperativa foi encarregada também de elaborar as camisetas e bolsas para o Fórum Mundial de Educação, que será realizado, em Porto Alegre. Através do Orçamento Participativo, a cooperativa conquistou um espaço na incubadora popular, onde está há mais de um ano. Suas integrantes também participam do Fórum Metropolitano de Economia Solidária e têm parceria com a Prefeitura Municipal, ONGs, sindicatos e associações.

A UNIVENS teve a oportunidade de trabalhar com parcerias, promovendo solidariedade, sustentabilidade ambiental e o comércio justo, realizando ações sociais junto a comunidades e entidades na América Latina, não ficando omissa com o compromisso do desenvolvimento nacional e por isso participando ativamente de todo o movimento que contempla a Economia Solidária.

### **3.3.6 STILUS COOP**

Cooperativa formada por um grupo de 20 alunas do curso de corte e costura do SESI/SENAI que durou dois anos. O grupo surgiu a partir de uma demanda do SENAI de Santo André durante uma de suas participações nas atividades do projeto Arranjo Produtivo Solidário Têxtil-Confeção.

A cooperativa tem por missão desenvolver principalmente *roupas infantis*, uniformes e acessórios, buscando a excelência na confecção, utilizando tecidos de algodão orgânico, que atenda aos clientes, respeitando a vida.

A STILUS COOP, esta localizada no município de Santo André, no Estado de São Paulo. É a mais jovem integrante da JUSTA TRAMA, formada em 2006 e que agora tem 23 cooperadas, motivada a partir de todo um processo de capacitação profissional, essa cooperativa é responsável então pela transformação do fio em malha, ou seja pela produção e confecção de roupas.

A quarta etapa do processo produtivo compreende a confecção das peças de vestuário, podendo assim ser resumida.

### **3.3.7 Cooperativa Açaí - Cooperativa de Trabalho dos Artesãos do Estado de Rondônia**

A quinta etapa é a extração e beneficiamento das sementes da Amazônia realizada pela Cooperativa de Trabalho dos Artesãos do Estado de Rondônia (AÇAÍ), localizada em Porto Velho, Rondônia. A Cooperativa Açaí desenvolve importante trabalho social, tendo envolvido cerca de 100 (cem<sup>18</sup>) de colaboradores dentro os quais podemos destacar a presença de índias e presidiárias no desenvolvimento desta primeira coleção de complementos. Esse trabalho social tem um importante papel no processo de ressocialização do apenado ou apenada.

Os colaboradores trabalham com sementes no seu beneficiamento, secagem e elaboração de varias cores com seu tingimento natural para se tornarem enfeites como bordados e botões nas peças finais da Justa Trama. A cooperativa trabalha com a biojóias (brincos, colares, pulseiras de sementes, dentre outros acessórios) e artesanatos, com pessoas apenadas e artesãos locais que fazem parceria com os agricultores coletadores das sementes nas diversas áreas de Rondônia. Essas sementes citadas acima, são enviadas para Fio Nobre e Univens que aplicam nas peças e servem como adereços e botões. É nessa etapa que também se encontra o desafio de desenvolver as tintas naturais para o tingimento das peças.

A Cooperativa Açaí existe há 6 anos e é composta por mais de 70 associados, sendo que cada um destes têm produtos e técnicas diferenciadas, tendo como principais produtos a reciclagem, trabalhos em cestaria, madeira, coco, marchetaria, sementes, entre outras.

### **3.4 Faturamento da cadeia do algodão agroecológico (Justa Trama)**

Desde o início da Justa Trama uma das peças que mais tem saída e aceitação no mercado é as camisetas, desde vendas unitárias até as encomendas em maior quantidade, fazendo destas o produto âncora da marca. Devido a esse fator tomaremos a camisa como referência para cálculos de produção e faturamento.

---

<sup>18</sup> Aproximadamente trinta desses colaboradores não são considerados como sócios, apenas fazem ressocialização.

Atualmente, o processo de produção, preparação e transporte do algodão agroecológico representa 24,29% do custo médio de produção de uma peça. Pode-se dizer que não é um custo tão elevado se for levada em conta a sua importância fundamental para garantir a existência da cadeia produtiva do algodão agroecológico.

O quadro a seguir demonstra os valores e percentuais para se produzir peças padrão (camisetas) com 1 kg <sup>19</sup> de pluma do algodão agroecológico.

**Quadro 2 - Composição do custo das peças**

<i>Composição do Custo</i>	<i>Valor por kg</i>	<i>Percentual</i>
Produção do algodão agroecológico (colheita, transporte e imposto - ICMS)	R\$ 7,38 / kg	24,29%
Fiação	R\$ 6,50 / kg	21,40%
Tecelagem	R\$ 4,50 / kg	14,81%
Confecção	R\$ 12,00 / kg	39,50%
<i>Total</i>	<i>R\$ 30,38 / kg</i>	<i>100,00%</i>

Fonte: Justa Trama.

A estratégia de investimento na produção do algodão agroecológico adotada pelos empreendimentos que compõem a Central Justa Trama foi fundamental para promover o crescimento e o desenvolvimento da cadeia. Segundo seu Estatuto,

Fundo de Investimentos (*FI*), de caráter indivisível a qualquer tempo, destinado a gerar recursos para capital de giro e investimentos em máquinas, equipamentos e outros bens de interesse para o sistema COOPERATIVA CENTRAL, constituído de 40% (quarenta por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício. (ESTATUTO SOCIAL, 2008, p.17).

Quando fundada a Justa Trama, os recursos para a compra da primeira safra de algodão agroecológico vieram através de parcerias com empreendimentos solidários, ou seja, não houve investimento de seus colaboradores.

Esse investimento foi em torno de R\$ 11.070,00 (onze mil e setenta reais), o que correspondia na época a 1,5 toneladas de algodão, utilizando mais R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para seu beneficiamento, tornado-se matéria-prima da cadeia produtiva.

<sup>19</sup> Considerando como referência a produção de camisetas é possível produzir 04 (quatro) peças com essa quantidade. Mas quantidade de matéria-prima utilizada para a produção das peças da Justa Trama é variável, tendo peças que utiliza quantidade superior à necessária a produção das camisetas.

No ano de 2005, 2006, 2007, o valor médio de comercialização das camisetas que foi considerado como produto padrão para facilitar nossos cálculos era de R\$ 20,00 (vinte reais). Já nos anos seguintes 2008, 2009 o preço subiu para R\$ 25,00 (vinte e cinco reais). E para o ano de 2010 estima-se que o preço médio se elevará para R\$ 30,00 (trinta reais).

Através desses números a tabela abaixo irá demonstrar o histórico produtivo e a progressão do faturamento gerado pela comercialização dos produtos da cadeia.

**Quadro 3 - Histórico Produtivo e Progressão do Faturamento**

<i>Ano</i>	<i>Produção de Algodão</i>	<i>Qtde. de Peças</i>	<i>Preço Médio praticado no mercado</i>	<i>Faturamento</i>
2004	1,5 toneladas	-	-	-
2005	2,5 toneladas	1.900	R\$ 20,00	R\$ 38.000,00
2006	3 toneladas	3.836	R\$ 20,00	R\$ 76.720,00
2007	10 toneladas	5.119	R\$ 20,00	R\$ 102.380,00
2008	12,5 toneladas	6.399	R\$ 25,00	R\$ 159.969,00
Total (2004 a 2008)		17.254	-	377.069,00
2009	18 toneladas	40.000 <sup>20</sup>	R\$ 25,00	1.000.000,00
2010	20 toneladas <sup>21</sup>	63.000	R\$ 30,00	1.890.000,00

Observação: Sombreamento demonstrando quantidades de matéria-prima ainda não processada e/ou previsão de colheita futura. (Fonte: Justa Trama).

Através desta tabela podemos concluir que a Justa Trama está cada vez mais se consolidando no mercado com uma preocupação com o consumo consciente abrindo espaço para uma outra economia que gera além de trabalho-renda uma variante muito importante que é a inclusão social. Tudo isso baseado na equidade entre seus participantes, o que faz dela (Justa Trama) um empreendimento baseado em princípios solidários, abrindo novos caminhos para o algodão, uma produção que tradicionalmente já foi sinônimo de poluição ambiental, mas que hoje com métodos agroecológico mostra que é possível produzir benefícios para todos com uma cadeia produtiva e de comercialização ambientalmente correta e socialmente justa.

<sup>20</sup> Nos anos passados a Justa Trama teve muitas perdas em função de problemas diversos como, descarte de tecidos com falhas devido ao pouco conhecimento dos trabalhadores na produção de vestuário, utilização de tecidos ou malhas para a criação de peças pilotos.

<sup>21</sup> Para o ano de 2010 foi demonstrada a produção de 20 toneladas de algodão agroecológico, produção mínima estimada para o referido ano, segundo "Justa Trama".

### 3.5 O Algodão Orgânico Colorido<sup>22</sup>

Como não bastassem além do *algodão orgânico* convencional de cor branca os membros do consórcio do algodão orgânico junto com a ESPLAR e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que envolve cooperativas de produtores rurais, tecelagens artesanais, artesãos manuais e instituições públicas e privadas buscaram um produto que pudesse servir como diferencial competitivo como já acontece com o algodão de cor branca: o algodão naturalmente colorido e orgânico. Esse algodão já é conseguido e confeccionados nas tonalidades, marrom, bege, verde e rubi.

A Embrapa na pesquisa com algodão natural colorido conseguiu melhorar geneticamente espécies nativas e silvestres de algodão colorido do nordeste, tornando as fibras mais longas e resistentes. Fazendo com que o algodão colorido fosse direto para os teares, sem requisitar o uso de corantes.

Quando se trata da fase de produção, há uma demanda mundial, porque além da poluição causada pelos agrotóxicos, existem pessoas alérgicas aos diversos produtos químicos. “O algodão colorido tem seu valor ecológico em relação à tinturaria, pois alguns corantes podem prejudicar a saúde humana”, fixando-se cada vez mais a idéia de que a “moda” ecológica veio para ficar.

Muitos mercados no mundo inteiro como a Europa, por exemplo, já manifestam interesses pela produção do algodão colorido segundo a ESPLAR, esse grande interesse deve-se ao fato de haver um nicho (uma demanda) em relação ao mercado infantil e o da terceira idade por causa de maiores sensibilidades dos presentes nesses grupos.

Mesmo com isso o desenvolvimento da produção de algodão agroecológico, orgânico, colorido no Brasil necessita da articulação entre os agricultores, para que sejam criadas estratégias que aumentem a oferta do produto e melhorem a compreensão do beneficiamento, preços, certificação e comércio justo, é claro.

O valor do algodão ecológico tanto o branco como o colorido ainda é mais caro do que o convencional, “o custo maior é com a mão de obra, apesar do custo de produção da produtividade serem enormes”.

O mais interessante desse projeto é que toda a cadeia têxtil está envolvida, desenvolvendo não somente a fibra naturalmente colorida (que evita alergias e intoxicações) em laboratório, mas todas as etapas - da fibra à prateleira. “As vantagens são ambientais, sociais, além de serem anti-alérgicos.

---

<sup>22</sup> Esse tipo de algodão já existe em outros países, mas o principal diferencial do algodão colorido brasileiro é que o melhoramento genético foi realizado com a utilização de técnicas convencionais, enquanto que outras iniciativas pelo mundo modificam geneticamente o produto a partir da inserção de corantes no gene da planta.

### 3.6 Como a Justa Trama está crescendo:

Quando a Justa Trama se torna realidade, ela era composta por apenas cinco estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Ceará e Rondônia. Com o passar do tempo, novos participantes foram aderindo a idéia da cadeia do algodão agroecológico e hoje em dia o número de participantes passou de cinco para doze, como podemos ver na figura abaixo:

Figura 1



## CAPÍTULO IV

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um longo capítulo sobre economia solidária percebi que a mesma não só é possível, mas já acontece e pode contribuir para o desenvolvimento de um país mais justo e feliz, basta que estejamos dispostos ou preparados para absorver seus ideais e assim botar-mos em prática seus objetivos. Nesse estudo também foi visto a forma cooperação sendo um fator que altera qualitativamente as estratégias de desenvolvimento econômico, em regiões e cadeias produtivas, fazendo das cadeias produtivas um forte aparato para suprir carências de informações a respeito do mercado e ampliar articulações entre os agentes.

Em meio a isso, foi estudada uma empresa com propostas diferentes das convencionais, e o que percebemos nos dias de hoje é que boa parte da população de comunidades carentes nos grandes centros urbanos é composta por imigrantes que fugiram de condições hostis em seus municípios de origem. Mal adaptadas às características de vida nas grandes cidades e geralmente sem qualificação profissional. É justamente estas pessoas que são uns dos alvos principais dos projetos de geração de emprego e renda apoiados pela Justa Trama e a solução encontrada para tal problema foi a organização de uma empresa cooperativa.

O trabalho voluntário ganhou força e hoje á vários profissionais que participam de Cooperativas que são responsáveis por grande parte da produção da Justa Trama, cadeia do algodão agroecológico ou orgânico (sem agrotóxico), envolvendo como visto mais de 700 trabalhadores de vários Estados brasileiros. A Cooperativa Justa Trama já conquistou diversas parcerias, participou de intercâmbios com organizações internacionais da área e lançou moda.

A cooperativa em especial a Justa Trama representa para os associados não somente a garantia de trabalho e renda, mas a oportunidade de conviver com a comunidade de outra forma, onde as famílias participantes encaram o mundo com outra visão e podem até a comprovar que um mundo novo é possível.

Trabalho com dignidade, comércio com justiça, práticas que aprendemos em pedacinhos ricos de um país que sempre se reinventa.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, J. T.; Schuch, F. (Org.). *Solidariedade e sucesso: a experiência do Banco do Povo de Belém*. Editado pela Prefeitura de Belém, Pará, 2008.
- ALVES, Denise Gomes. *Economia Solidária, Cooperativismo Popular e Autogestão*. (Texto p.245-250).
- Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS. (2002). *A comercialização na economia solidária*. São Paulo, Sebrae/ADS/Central Única dos Trabalhadores.
- ARAÚJO JR., J. T.; (1985); *Tecnologia, Concorrência E Mudança Estrutural: A Experiência Brasileira Recente*; IPEA/INPES, Rio de Janeiro.
- ABRAMOVAY, R., “*Agricultura, Diferenciação Social e Desempenho Econômico*”. Projeto IPEA-NEAD/MDA – Banco Mundial, São Paulo, FEA-USP, 2000.
- BECKER, Dinizar F. *Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- BENATO, João Vitorino Azolin. *O ABC do Cooperativismo*. São Paulo. ICA - Maio de 1994, 131p.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Tradução Waltansir Dutra. Rio de Janeiro: Joerge Zahar, 1983.
- CAPRA, Fritjof; CIPOLLA, M. B. (Trads.). *As conexões ocultas: ciências para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- CASTRO, Antônio Maria Gomes de. *Análise da Competitividade de Cadeias Produtivas*. Rio de Janeiro 1996.
- CASTRO, A.M.G. de, COBBE, R.V., GOEDERT, W.J. *Prospecção de demandas tecnológicas - Manual metodológico para o SNPA*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Departamento de Pesquisa e Difusão de Tecnologia. Brasília: Embrapa-DPD, março, 1995. 82 p.
- ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA CENTRAL JUSTA TRAMA Porto Alegre, 2008.
- FORÚM BRASILEIRO DE ONGs E MOVIMENTO SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO. *Brasil Século XXI. Os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92*. Rio de Janeiro: Fase, 1997.
- FRANÇA FILHO, Genauto C. ; LAVILLE, Jean-Louis. *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- FRETEL, Alfonso Coterá; Simoncelli-Bourque, ELOÏSE. *O Comércio Justo e o Consumo Ético*. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

GOEDERT, W.; CASTRO, A.M.G.; FREITAS FILHO, A.; REIS, A.E.G. *Prospecção de demandas tecnológicas de sistemas naturais*. In: Anais do XIX Simpósio de Gestão de Inovação Tecnológica, São Paulo: USP/PGT/FIA/PACTo, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2002. [www.ibge.gov.br/home/estatistica](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica). Acesso em: 15 set 2009.

MANCE, Euclides André. *Cadeias Produtivas em Economia de Rede*. Revista Candeia, v.1, n.1, 2000.

MANCE, Euclides A. *A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANDEL, E. *Control Obrero, Consejos Obreros, autogestión*. 2ed. Ciudad de México: Ediciones Era, 1977.

PASSOS, S.M. de G. *Algodão*. Campinas, São Paulo. Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. 1977. p. 424.

PIERRE, W. Johnson (Organizador). *Comércio justo e solidário*. São Paulo, Instituto Pólis, 2004.

PORTER, M. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

RAZETO, L. *Economia de solidariedade e organização popular*. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Org). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34–58.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas da economia solidária no Brasil*. Brasília: TEM, Senaes, 2006.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. Os Economistas Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SINGER, Paul; SOUZA, André (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SACHS, I. *Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o papel da política*. In: ABRAMOVAY, R. et al. (Orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Unesp/Edusp, 2001.

SILVA, B. *Dicionário de Ciências Sócias*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVA, J.F. de. *Seletividade dos herbicidas*. Informe Agropecuário, v.8, n. 87, p.35-38, 1982.

TECH, W. *Dicionário Básico do Cooperativismo*. [S.l.]: [S: n], Edição 288 p.2000.

\_\_\_\_\_. Prefácio: um olhar diferente sobre a Economia Solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. EMBRAPA. Disponível em < <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002> >. Acesso em 16 de Setembro 2009.

\_\_\_\_\_. JUSTA TRAMA. Disponível em < <http://www.justatrama.com.br> >. Acesso em 25 de Agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. Disponível em < <http://www.criareplantar.com.br> >. Acesso em 10 de Março de 2010.

\_\_\_\_\_. Disponível em < <http://www.coepbrasil.org.br/coepteve/publico> >. Acesso em 26 de Agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. UNISOL – Brasil. Disponível em < <http://www.unisol-brasil.org.br> >. Acesso em 10 de Outubro 2008.

\_\_\_\_\_. Disponível em < <http://www.redemulher.org.br/encarte50.html> >. Acesso em 25 de Agosto 2008.

\_\_\_\_\_. Disponível em < <http://www.mte.gov.br> >. Acesso em 24 de Abril 2009.

\_\_\_\_\_. Disponível em < <http://www.worldshops.org> >. Acesso em 26 de Novembro de 2009.

## **ANEXO 1**

### **Pesquisa de Campo, (questionário).**

O questionário foi realizado em uma empresa participante da Justa Trama ( FIO NOBRE), que é de Santa Catarina e foi respondido pela Diretora Secretária da Justa Trama, Idalina Boni no dia 11/09/2009 (onze de setembro de dois mil e nove).

#### **Por que o algodão agroecológico?**

Por que é um modelo produtivo em que não se prejudica a natureza e onde os maiores beneficiários são aqueles que atuam direta ou indiretamente com o algodão, dessa forma contribui com a fixação do homem no campo e a geração de trabalho e renda digna e estável no meio rural. E esta cultura gera outros benefícios através do beneficiamento do caroço do algodão que compõe um conjunto de estratégias de sobrevivência de grande importância social e econômica para a região, o caroço vira alimento para os animais e vira também adubo.

#### **Quais as vantagens do algodão orgânico?**

Ela diz que as vantagens são muitas. “Tecidos feitos de algodão são mais saudáveis e confortáveis, além de sua produção não impactar o meio ambiente”. E segue falando, “o algodão não passa pelo processo de branqueamento, que polui o ambiente, pois não faz uso de cloro”.

É mencionado também o impacto que o algodão causa na vida dos agricultores e a conscientização de muitos deles na agricultura agroecológica.

#### **Qual é a proposta da Justa Trama?**

A proposta da Justa Trama é o compromisso com o desenvolvimento nacional e local, com a verdadeira distribuição de renda, pois todos os elos da cadeia são valorizados. Portanto, o objetivo da Justa Trama é apresentar para a sociedade um produto diferente e com qualidade, fruto de uma cadeia de produção que contempla os valores da economia solidária preocupada com o ser humano e principalmente com a preservação do meio ambiente, ou seja, uma trama no sentido de união, de planejamento e articulação, mas que tem como base principal a justiça.

## **Por que a grande maioria dos associados são mulheres?**

Ainda hoje, muitas mulheres não podem decidir sobre suas vidas e não se constituem enquanto sujeitos, o que se agrava nas camadas mais pobres. No entanto, muitas iniciativas exitosas vêm contribuindo para mudar este cenário, como por exemplo, a constituição de cooperativas por mulheres que contribuem para o sustento de suas famílias através da geração de renda e, principalmente, inserindo-as na sociedade como cidadãs. Além do mais estas mulheres são mais flexíveis e se dedicam por inteiro.

## **Um dos principais desafios da rede é aumentar a produção de algodão ecológico. De que modo vocês vem trabalhando essa questão?**

Em 2005 nós produzimos 8 mil peças de algodão, por isso é um desafio crescer a colheita do algodão ecológico e é isso que vem ocorrendo, pois todos os empreendimentos da cadeia produzem outros produtos para garantir sua sustentabilidade. Nós estamos com um projeto para investir na capacitação de pelo menos mais 200 agricultores do Ceará, expandindo inclusive para outras cidades, como no caso do Paraná, e o nosso objetivo é atrair outros parceiros em outros estados do Brasil.

Queremos também no futuro aumentar o número de cooperativas e dos produtos oferecidos. Temos todo um futuro pela frente a ser construído e um mercado nacional e internacional para alcançarmos, queremos voar longe com a proposta do comércio justo.

## **Quais ganhos vêm sendo percebidos nas relações de trabalho na Justa Trama?**

São muitos os ganhos. Ganhamos economicamente na produção de cada elo da cadeia, possibilitando uma distribuição de renda justa. Temos também um fundo voltado para garantir a próxima produção e isso dá muita tranquilidade para todos. É um ganho, talvez o mais importante é o que se refere a conscientização de que todos são responsáveis por cada passo da cadeia produtiva, e que o bom desempenho de cada um garantirá o futuro.

Descobrimos que temos capacidade, de criar, comercializar, idealizar, de sentir que a história também pode estar em nossas mãos. Não somos só uma parte, mas somos um todo.

Temos um compromisso com o Brasil, com a justa distribuição de renda e com um amanhã que depende mais de nós do que dos outros.

## ANEXO 2

Fotos tiradas na cooperativa Fio Nobre em de Santa Catarina no dia onze de setembro de dois mil e nove.



*Fonte: Fio Nobre*



*Fonte: Fio Nobre*



*Fonte: Fio Nobre*